

Avenida Brasil - N.º 2351-N - Jardim Europa - Tangará da Serra - Mato Grosso - CEP 78.300-901 Telefone: (65) 3311-4807 - E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

### MENSAGEM DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Tangará da Serra/MT, 11 de abril de 2025

Excelentíssimo Senhor **EDMILSON PORFIRIO** Vereador Presidente da Câmara Municipal Tangará da Serra/MT

> Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores,

Com os nossos cumprimentos, vimos perante esse Ínclito Poder Legislativo, encaminhar a inclusa propositura de Lei que DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO -PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 188.785,72 (cento e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 

A presente abertura de Crédito Adicional Especial, visa utilização de o recursos de superavit financeiro apurado em balanço patrimonial em 31/12/2024 (fonte 2.701.000000), e de recursos de excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos

FONTE	VALOR	ORIGEM DO RECURSO
1.701.0000000	R\$ 5.691,48	Excesso de Arrecadação
2.701.0000000	R\$ 183.094,24	Superavit Financeiro

do Termo de Convênio Nº 2658/2022 – para Recuperação da Casa de Rondon, 2 considerando que a empresa D3 Comércio e Serviços Eireli sagrou-se vencedora do processo licitatório realizado para execução do projeto de Recuperação da Casa de Rondon, porém não executou os serviços e teve o seu Contrato Administrativo nº 116/ADM/2023 rescindido.

Informamos que diante da rescisão unilateral, foi requerido abertura de Processo Administrativo de Sindicância nº 1.849/2024. Anexamos a esta justificativa os documentos comprobatórios, termo de convênio, processo administrativo e outros, conforme exigências do concedente. Diante o exposto a necessidade desta Abertura de Crédito para a devolução do recurso.



Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901 Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: <a href="mailto:assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br">assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br</a>

O presente projeto de lei ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, os provenientes de excesso de arrecadação e inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Contando com o habitual apoio dos nobres pares e reiterando nossos protestos de estima e consideração, solicitamos a apreciação favorável da presente matéria, em regime de **URGÊNCIA ESPECIAL**, conforme o disposto nos artigos 66 e 74 da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/CGE nº 001/2015.¹.

Respeitosamente,

Página3

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

Art. 66. O convenente deverá prestar contas das despesas executadas durante a vigência do convênio e devolver, à conta do tesouro estadual, o saldo financeiro remanescente, caso exista.

Parágrafo único. Na apuração dos saldos financeiros remanescentes para fins de devolução deverá ser observada a proporcionalidade entre os recursos efetivamente transferidos e a contrapartida prevista no convênio, independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

Art.74. [...] § 2º Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora.



Avenida Brasil - N.º 2351-N - Jardim Europa - Tangará da Serra - Mato Grosso - CEP 78.300-901 Telefone: (65) 3311-4807 - E-mail: assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º \_\_\_\_\_, DE 11 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO - PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 188.785,72 (CENTO E OITENTA E OITO MIL, SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### A CÂMARA MUNICIPAL decreta:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração - Plano Plurianual - PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilhas abaixo:

#### De:

PROGRAMA: 0011 – MAIS TURISMO			
Cód.	Descrição	Meta Financeira	
1052	Infraestrutura do Turismo Municipal	R\$ 200.226,60	

### Para:

1052	Infraestrutura do Turismo Municipal	R\$ 200.226,60		
Para:				
PROG	RAMA: 0011 - MAIS TURISMO			
Cód.	Descrição	Meta Financeira		
1052	Infraestrutura do Turismo Municipal	R\$ 389.012,32		
Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, Serádito Especial no valor de R\$ 188 785 72 (cento e citenta e cito mil. setecentos e citenta e E				

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por excesso de arrecadação (valor de R\$ 5.691,48 – fonte de

ssinado por 2 pessoas: VANDER ALBERTO MASSON e WELINGTON MACHADO RONDON



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT GABINETE DO PREFEITO

Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901 Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: <a href="mailto:assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br">assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br</a>

Página5

recursos 1.701.0000000 – remuneração de depósitos bancários vinculados), conforme Comparativo da Receita Orçada e Arrecadada anexo a esta lei, bem como de superavit financeiro apurado em balanço patrimonial (valor de R\$ 183.094,24 – Convênio MT Casa Rondon) do exercício anterior.

- **Art. 4º** A presente Abertura de **Crédito Adicional Especial** ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso II, os provenientes de excesso de arrecadação e inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- **Art. 5º** Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de **Crédito Adicional Especial**, trata-se da devolução de saldo remanescente para prestação de contas final do Convênio nº 2658/2022 para Recuperação da Casa de Rondon, haja vista a conclusão dos trâmites administrativos a respeito das ocorrências identificadas em torno do referido objeto.
  - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 11 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-administrativa.

**VANDER ALBERTO MASSON** 

Prefeito Municipal





Avenida Brasil – N.º 2351-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-901 Telefone: (65) 3311-4807 – E-mail: <a href="mailto:assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br">assessorialegislativa@tangaradaserra.mt.gov.br</a>

# **DECLARAÇÃO**

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas na Lei Complementar 101/2000 (LRF) que o projeto de lei ordinária nº 113/2025, referente à abertura de crédito adicional especial, que da devolução de saldo remanescente para prestação de contas final do Convênio nº 2658/2022 — para Recuperação da Casa de Rondon, haja vista a conclusão dos trâmites administrativos a respeito das ocorrências identificadas em torno do referido objeto, possui adequação orçamentária e financeira com a LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO — PLANO PLURIANUAL E NA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO — LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS — LDO, E NA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 — LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL — LOA.

Tangará da Serra/MT, 11 de abril de 2025.

### **WELINGTON MACHADO RONDON**

Secretário Municipal de Cultura e Turismo



# 1Doc

### Memorando 1- 11.640/2025

De: Roselene N. - SECULTUR-DAA-ADM

Para: SEFAZ-ASOG - Assessoria de Orçamento e Gestão

Data: 10/04/2025 às 18:06:33

Setores envolvidos:

SECULTUR-DAA-ADM, SEFAZ-ASOG, SECULTUR-GAB

### Abertura de Crédito - Devolução Convênio Casa de Rondon

Em tempo solicito que desconsidere o anexo acima

Roselene Magalhães Nascimento

Administrativo

### Anexos:

008\_2025\_DEVOLUCAO\_DE\_RECURSO\_CONVENIO\_CASA\_DE\_RONDON.pdf
CONTRATO\_ASSSINADO.pdf
DECISAO\_N\_015\_GP\_2024\_SINDICANCIA.pdf
Edital\_007\_2021\_MT\_Preservar.pdf
EMPENHOS\_ASSINADOS.pdf
ORDEM\_DE\_SERVICO\_2.pdf
PORTARIA\_ASSINADA.pdf
TERMO\_DE\_CONVENIO\_2658.pdf
TERMO\_DE\_RESCISAO\_N\_00001\_00116\_ADM\_2023\_D3\_COMERCIO\_E\_SERVICO\_EIRELI\_secultur.pdf



### Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULTUL

### SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 - Título V

Nº: 008/SECULTUR/2025 Secretaria: 14

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

**Especificação:** (x) Suplementar

(x) Especial

**Justificativa da Suplementação:** A abertura do Credito Adicional visa a devolução de recurso do Termo de Convênio Nº 2658/2022 – para Recuperação da Casa de Rondon, considerando que a empresa D3 Comércio e Serviços Eireli sagrou-se vencedora do processo licitatório realizado para execução do projeto de Recuperação da Casa de Rondon, porém não executou os serviços e teve o seu Contrato Administrativo nº 116/ADM/2023 rescindido. Informamos que diante da rescisão unilateral, foi requerido abertura de Processo Administrativo de Sindicância nº 1.849/2024.

Anexamos a esta justificativa os documentos comprobatórios, termo de convênio, processo administrativo e outros, conforme exigências do concedente.

Diante o exposto a necessidade desta Abertura de Crédito para a devolução do recurso, tendo em vista que o prazo foi exaurido para execução do objeto.

	INCLUSÃO DE METAS FINANCEIRAS					
Nº P/A/OP	Descrição do projeto/Atividade/Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
1052	INFRAESTRUTURA DO TURISMO MUNICIPAL					
CRIAR	Indenizações e Restituições	4.4.90.93.00	2 701 0000000 141 050	0,0	183.094,24	183.094,24
CRIAR	Indenizações e Restituições	4.4.90.93.00	1 701 0000000 141 050	0,0	5.691,48	5.691,48
	Total					

ALTERAÇÃO DE METAS FINANCEIRAS A REDUZIR	

Nº P/A/OF	Descrição do projeto/Atividade/Natureza de despesa	Cód. Natureza Despesa	Fonte	Valor Previsto	Valor Proposto	Diferença
			2 701 0000000 141 050	0,0	183.094,24	183.094,24







# Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

# Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULTUL

			TOTAL R\$	188.785,72
	1 701 0000000 141 050	0,0	5.691,48	5.691,48

Tangará da Serra - MT, 14 de Abril de 2025.

Welington Machado Rondon Secretário Municipal de Cultura e Turismo



# Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Tangará da Serra Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULTUL

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS**

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento às determinações contidas no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 (LRF) que as metas físicas referentes a solicitação de elaboração de Projeto de Lei, possui adequação orçamentária e financeira e as metas previstas serão devidamente cumpridas e estão de acordo com a Lei Nº 6.544, de 15 de julho de 2024 – PPA e sua alteração, na Lei Nº 6.619, de 27 de setembro de 2024 – LDO e sua alteração e na Lei nº 6.706, de 10 de dezembro de 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.

Proj/Ativ.	Meta Prevista	Meta Proposta	Obs.
1052	2	2	-

Tangará da Serra-MT, 14 de abril de 2025.

Welington Machado Rondon Secretário Municipal de Cultura e Turismo





PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

### **CONTRATO Nº 00116/ADM/2023**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA E A EMPRESA: D3 COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI.

Processo Administrativo nº 4.227/2023 Tomada de Preços nº 011/2023

### O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-

MT, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.788.239/0001-66, com sede na Avenida Brasil nº 2.350-N - 2º Piso - Jd. Europa, nesta cidade de Tangará da Serra-MT, adiante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, VANDER ALBERTO MASSON, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade 03913902 - SSP/MT e CPF/MF nº 432.285.341-20, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra-MT, adiante denominado CONTRATANTE, e a SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA neste ato representado pelo Sr. WELINGTON MACHADO RONDON, brasileiro, portador do RG nº 2147798 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 034.068.361-94, residente a Rua 60-A Nº 936-W Jardim monte Líbano na cidade de Tangará da Serra/MT T, adiante denominado INTERVENIENTE e, de outro lado, a empresa D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI, Inscrita no CNPJ sob nº 26.722.006/0001-66, estabelecida á Av. Couto Magalhães nº: 450, Norte, município de Várzea Grande/MT, CEP: 78.110-400, Centro d3comercioservico@gmail.com, telefones: (65) 98165-0103 e (65) 98165-0016, neste ato representado pelo Sr. DOUGLAS GAMES DA SILVA, inscrito no RG sob nº 21073821 SSP/MT e CPF nº 041.281.212-94, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a homologação, da Tomada de Preços nº 011/2023, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 4.227/2023, e o que mais consta do citado Processo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar o presente CONTRATO, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Tangará da Serra, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666 de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente Contrato tem por fundamento legal o disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93, e demais legislações em vigor, e o que consta nos autos do **Processo Administrativo nº 4.227/2023** e os termos do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023** ao qual se vincula.



PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

# CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

2.1 A CONTRATADA, como vencedora do Procedimento Licitatório modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023, obriga-se a executar sob o regime de empreitada: GLOBAL, com o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA RESTAURAÇÃO DA CASA DE RONDON NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT (CONVÊNIO Nº 2658/2022), visando atender demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme Planilhas Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo, Projeto Básico e Termo de Referência, consoante às disposições da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- **3.1** O valor deste Contrato é de **R\$ 323.966,92 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta e seis reais, noventa e dois centavos)**, que representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos que acompanham o Edital e multiplicado pelos respectivos preços unitários.
- **3.2** No preço ofertado deverão estar inclusos todos os custos de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte e instalação de canteiro necessário à execução dos trabalhos, sinalização, limpeza da obra, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Administração Municipal. O preço ofertado deverá ainda incluir quaisquer despesas acessórias e necessárias, mesmo não especificadas neste Edital, relativas à execução da obra.

### CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- **4.1** Pela prestação dos serviços, quando devidamente solicitados, e executados, a CONTRATANTE pagará à licitante vencedora o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus ou acréscimo;
- **4.2** Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE em até **30 (trinta) dias** após a medição realizada pela Equipe Técnica do município e mediante nota fiscal e demais documentos pertinentes, sendo que a medição final ficará condicionada à emissão do Termo de Recebimento provisório dos serviços.
- **4.2.1** As medições serão realizadas **conforme cronograma físico-financeiro**, ou em periodicidade menor, a critério da Administração, pelo fiscal da obra do município, de acordo com cronograma físico-financeiro, aprovado, contados a partir do início efetivo dos serviços, considerando os serviços efetivamente realizados e concluídos satisfatoriamente no período, mediante solicitação formal da CONTRATADA.
- **4.2.2** Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela Fiscalização, dentro do prazo estipulado.
- **4.3** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA por meio de depósito Bancário em conta-corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- **4.4** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.
- **4.5** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinentes.



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

**4.6** A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado no instrumento contratual.

# CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

- **5.1** O prazo máximo para a Execução das Obras, com todos os seus serviços, conforme constante dos Projetos e dos Memoriais e Cronograma Físico-Financeiro, será de **90** (**noventa**) **dias**, mediante Ordem de Serviço.
- **5.1.1** Os prazos para execução dos serviços serão contados a partir da expedição da Ordem de Serviço inicial, emitida pelo Departamento de Engenharia do município e assinada pelo Ordenador da despesa.
- **5.2** O instrumento contratual **vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses**, ou manifestação da secretaria acerca da necessidade de aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- **6.1** A execução das obras será acompanhada pela Equipe Técnica do município, formalmente nomeada para este fim, designada representante da secretaria, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, o qual deverá atestar a realização das obras contratadas, observados os artigos 73 e 74 da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem como as demais especificações constantes deste Edital, sem o qual não será permitido qualquer pagamento.
- **6.2** Para fiscalização do objeto junto à Contratada, serão designados como fiscais do contrato, através da **Portaria nº019/SECULTUR/2023**, os servidores abaixo, conformes segue:

Supervisor de Contrato: **Solange Silva Oliveira Porta**, CPF: 621.089.561-15, matrícula nº 101295;

Fiscal Titular do Contrato: **Wilson Valdevino da Silva Pereira Filho**, CPF: 963.852.431-68, Matrícula nº 14755;

Suplente do Fiscal do Contrato: **Roselene Magalhães Nascimento**, CPF Nº964.739.401-20, matrícula nº 102401;

### **6.3** E serão designados como:

Fiscal da Obra: **Alex Campos Fernandes**, CPF: 809.691.861-34, Matrícula nº 4221 - CREA: 1200505514:

Suplente do Fiscal da Obra: **Iluska Flávia de Carvalho Dias**, CPF: 795.256.631-00, Matrícula nº 102247 CAU: A28204-9;

- **6.4** Os responsáveis pela fiscalização terão as atribuições delegadas em ato específico e, ainda, as que se seguem;
- **6.4.1** Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeições técnicas ou pela aplicação de materiais inadequados e fora dos padrões estabelecidos nos memoriais;
- **6.4.2** Poderá a CONTRATANTE solicitar que a CONTRATADA, por escrito, que a mesma afaste e substitua de imediato, o empregado que não esteja cumprindo a contento as obrigações assumidas pela mesma através do presente contrato.
- **6.4.3** Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no edital e tudo o mais que se relacione com o



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.

- **6.4.4** A fiscalização acompanhará a execução das obras, solucionando quaisquer casos concernentes a estes que forem de sua competência, levando-os ao conhecimento do responsável pela contratação.
- **6.5** As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do Município, deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- **6.6** Fica estabelecido que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a Contratada de quaisquer obrigações previstas neste instrumento.
- **6.7** A fiscalização solicitará à Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento e controle das obras.
- **6.8** A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização, não exime a Contratada de total responsabilidade por suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- **6.9** A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, ainda, o Fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIRECÃO TÉCNICA E PESSOAL DA CONTRATADA

- **7.1** A direção técnica dos serviços, objeto deste contrato, cabe à CONTRATADA, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constada na execução da obra, de acordo como estabelecido na legislação vigente;
- **7.1.1** A omissão ainda que eventual da direção técnica e administrativa, no desempenho de suas atribuições, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.
- **8.2** Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Contrato, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;
- **8.3** Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;
- **8.4** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente edital, bem como do Termo de Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;
- **8.5** Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do referido Contrato, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade do Contratado;
- **8.6** Esclarecer as dúvidas e indagações do Contratado, por meio da fiscalização do Contrato dos mesmos.

### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Apresentar ao Engenheiro(a) Fiscal da Obra a matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) no prazo estabelecido pelo Art. 49, § 1°, da Lei nº 8.212/1991, atualizada pela Lei nº



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

### 11.941/2009, qual seja, 30 (trinta) dias, contado do início de suas atividades;

- **9.2** Executar os serviços inseridos na cláusula segunda, na forma e condições determinadas no presente contrato, bem como as obrigações definidas no edital, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.
- **9.3** Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes deste contrato e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:
- **9.3.1** Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao **CONTRATANTE**;
- **9.3.2** Executar os serviços objeto deste Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas, utilizando-se de material de primeira qualidade, de acordo com Memoriais e dentro das normas técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo CONTRATANTE;
- **9.3.3** Disponibilizar equipamentos, ferramentas e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços, em perfeitas condições de uso e manutenção, obrigando-se a substituir aqueles que não atenderem estas exigências;
- **9.3.4** Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, inclusive com os equipamentos de segurança, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva, todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal;
- **9.3.5** Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o **CONTRATANTE** qualquer vínculo empregatício;
- **9.3.6** Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho;
- **9.3.6.1** Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos, faixas refletivas na indumentária e outros;
- **9.3.7** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista.
- **9.3.8** Responder por qualquer acidente de trabalho na Prestação dos Serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros;
- **9.3.9** Afastar do local dos trabalhos e substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado ou contratado, cuja atuação ou permanência prejudique o prosseguimento regular dos trabalhos ou cujo comportamento seja julgado inconveniente pela FISCALIZAÇÃO;
- **9.3.10** Executar, às suas custas, os reparos ou refazimento dos serviços executados em desacordo com o Contrato e seus anexos, sendo que, somente após a conclusão e recebimento de tais reparos, poderá ser procedida a medição correspondente;
- **9.3.11** Proceder, no final dos serviços, à limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamento e outros seus pertences, incluindo sobras e lixo, sendo esses serviços considerados incluídos no preço deste Contrato;



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

- **9.3.12** Fornecer a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que o CONTRATANTE julgue necessárias conhecer, ou analisar;
- **9.3.13** Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens do CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade, ou ainda de terceiros, na área de execução dos serviços ou fora dela;
- **9.3.14** Constatado dano a bens do CONTRATANTE ou sob a sua responsabilidade ou, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito.
- **9.3.15** Providenciar, antes do início dos serviços, objeto do presente, as licenças, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para a execução dos serviços contratados, em particular a ART junto ao CREA Conselho Regional de Engenharia;
- **9.3.16** Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhe sejam indicados, as instalações e redes provisórias de energia elétrica, água potável ou não, e esgotos que sejam necessárias à execução de seus trabalhos;
- **9.3.17** A CONTRATADA deverá antes de iniciar as obras, fixar <u>placa identificativa e informativa</u>, sobre o objeto da licitação, de acordo com a especificação técnica do departamento de engenharia, sem qualquer caráter de promoção pessoal de Gestores Públicos, indicando que se trata de uma obra do Município de Tangará da Serra-MT, o nome da empresa que a está executando, a origem dos recursos, prazo de execução e valores, cujos custos deverão estar incluídos na Proposta Comercial e fazer constar em todo material de apresentação e divulgação do projeto, o apoio institucional do Governo do Estado de Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Cultura, sendo vedada à utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- **9.3.18** Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da Secretaria de Estado de Cultura em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula 25.2.6 e, bem assim, apor a marca do Governo Estadual nos outdoors e similares custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, ficando vedado aos Partícipes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos, sob pena de devolução dos recursos utilizados para esta finalidade;
- **9.3.19** Conceder livre acesso aos servidores do órgão de controle interno, ao qual esteja subordinada a concedente, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.
- **9.3.20** Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao **CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo **CONTRATANTE**, conforme disposto no art. 70, da Lei nº 8.666/93;
- **9.3.21** Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 9.3.22 Se o CONTRATANTE relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

obrigações da CONTRATADA, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

- **9.3.23** Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de caráter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela contratante;
- **9.3.24** Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;
- **9.3.25** Ficam fazendo parte do presente contrato, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA LICITAÇÃO: **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023** e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA CONTRATADA.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

- 10.1 Sem prejuízo das sanções ajustadas na Cláusula Décima licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente, justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração:
- 10.1.1 A não execução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados nesse item de SANÇÕES, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e nesse contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **10.1.2** As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à contratada juntamente com a de multa.

### 10.1.3 Advertência

- a) A Advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de execução físico-financeiro ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis;
- b) Também poderá ser aplicado a advertência nos casos previstos nos itens 2 e 3.6 da parte que trata das MULTAS.

### **10.1.4 Multas**

- **10.1.4.1** Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 10% sobre o valor total do contrato.
- **10.1.4.2** Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:
- a) a CONTRATADA executar, até o final de 60 (sessenta) dias, menos de 50% do previsto



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

no cronograma físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela fiscalização;

- b) houver atraso injustificado por mais de 30 dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.
- **10.1.4.3** Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 30 dias após a emissão da ordem de serviço;
- **10.1.4.4** Além das multas previstas no subitem **10.1.4.1** poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a Fiscalização poderá aplicar apenas a sanção de advertência.

### Tabela 1

100010 1					
GRAU	CORRESPONDÊNCIA				
1	R\$150,00				
2	R\$250,00				
3	R\$350,00				
4	R\$500,00				
5	R\$2.500,00				
6	R\$5.000,00				

### Tabela 2

	INFRAÇÃO	CDAII
Item	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregado desuniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da obra para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	06
	Para os itens a seguir, deixar de:	
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus	01

"Havendo irregularidades neste Instrumento, entre em contato com a ouvidoria municipal, nos telefones 0800-647411 e (65)3311-4835 e denuncie."



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

·	funcionários; por ocorrência.	
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por dia.	02
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas neste edital; por dia.	04
23	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por ocorrência.	05

- **10.1.4.5** Quando a CONTRATADA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela fiscalização serão aplicadas multas conforme tabela 3. A apuração dos atrasos será feita semanalmente.
- **10.1.4.6** A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.
- **10.1.4.7** O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme tabela 3:

Tabela 3

GRAU	MULTA (sobre o valor previsto a ser executado a cada 20 dias)	TIPO DE ATRASO
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL
	0,3076	BRANDO E INTERMITENTE
2	0,50%	GRAVE E EVENTUAL
3	0,3076	BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE
5	0.90%	GRAVE E INTERMITENTE
3	0,90%	MEDIANO E CONSTANTE
6	1,10%	GRAVE E CONSTANTE

### **10.1.4.8** Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- I Brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços na etapa;
- II Mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços na etapa;
- III Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços na etapa.
- 10.1.4.9 Quanto à frequência, o atraso será classificado como:
- I Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- II Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- III Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes;
- 10.1.4.10 A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa,



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pela CONTRATADA no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de **medição seguintes ao da constatação do atraso.** 

- **10.1.4.11** No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZAÇÃO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.
- **10.1.4.12** Se a CONTRATADA apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZAÇÃO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.
- **10.1.4.13** A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.
- **10.1.4.14** Além das multas previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas multas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de atraso pelo não cumprimento dos marcos temporais de entregas parciais de serviços, previstos no cronograma de execução físico-financeiro fixado pela prefeitura.
- **10.1.4.15** Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,05% sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias. Após esse limite, considerando o percentual executado da obra, poderá será configurada a inexecução parcial do objeto
- **10.1.4.16** O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% sobre o valor total do contrato.

# 10.1.5 <u>Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimentos de Contratar com a Prefeitura de Tangará da Serra - MT.</u>

**10.1.5.1** A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a prefeitura, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei 8.666/93, poderá ser aplicada à CONTRATADA, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no item 10.1.4.3, da parte de MULTAS, entre outros casos.

# 10.1.6 <u>Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública</u>

- **10.1.6.1** A sanção de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:
- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a prefeitura, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio a prefeitura;
- e) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da prefeitura após a assinatura do Contrato;
- f) apresentação, à prefeitura, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

manutenção das condições apresentadas na habilitação;

g) inexecução total do objeto, conforme previsto no item 10.1.4.1 da parte de MULTAS.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E CONSEQUÊNCIAS

- **11.1** A inexecução total ou parcial deste Contrato dá ensejo à sua rescisão, pela parte inocente, e acarretará as consequências previstas neste Instrumento e na legislação pertinente;
- **11.1.1** Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão deste Contrato, pelo CONTRATANTE:
- 11.1.1.1 O não cumprimento do prazo contratual;
- **11.1.1.2** O não cumprimento de cláusulas das especificações constantes dos Memoriais e dos Projetos;
- **11.1.1.3** A lentidão na execução dos serviços, que leve ao CONTRATANTE a presumir sua não conclusão no prazo contratual;
- 11.1.1.4 O atraso injustificado no início dos serviços;
- 11.1.1.5 A paralisação injustificada dos serviços;
- **11.1.1.6** O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- 11.1.1.7 O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços;
- 11.1.1.8 A decretação de falência;
- **11.1.1.9** A dissolução da sociedade;
- 11.1.1.10 Razões de interesse do Serviço Público.
- 11.1.2 Constituem motivos para rescisão deste contrato pela CONTRATADA:
- **11.1.2.1** A supressão ou aumento de serviços, por parte do CONTRATANTE, acarretando modificações do valor inicial do Contrato, além do limite permitido em lei;
- **11.1.2.2** O atraso superior a 60 (sessenta) dias nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE relativos a serviços já recebidos e faturados.
- **11.1.2.3** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, da área necessária para execução dos serviços;
- **11.1.2.4** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- **11.2** A rescisão deste Contrato será feita, por ato unilateral e escrito do:
- a)CONTRATANTE, na ocorrência de quaisquer dos casos enumerados nos subitens 11.1.1.1 a 11.1.1.10.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

- **12.1** Além das hipóteses previstas na legislação e nas normas aplicáveis, a CONTRATADA será responsável, ainda:
- 12.1.1 Pela inexecução, mesmo que parcial, dos serviços contratados;
- **12.1.2** Pela segurança, estabilidade e durabilidade dos serviços executados, para as cargas e condições de trabalho, especificadas nos termos do art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro;
- **12.1.3** Pelos efeitos decorrentes da inobservância ou infração de quaisquer condições deste Contrato:
- **12.1.4** Pelo pagamento de toda a mão de obra necessária para a execução dos serviços contratados, bem como dos impostos e taxas por acaso incidentes sobre os serviços objeto deste contrato:
- 12.1.5 Pelas providências de cumprimento das obrigações assumidas perante o CREA/MT no



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

tocante a providências com relação à regularização das A.R.Ts. Indispensáveis, bem como pela afixação e conservação das placas de responsabilidade correspondentes aos serviços executados.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

- **13.1.** A Contratada obrigar-se-á a aceitar os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nas obras em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, atualizado, nos termos do art. 65, §1º da Lei n.º 8.666/93.
- **13.2.** Com fulcro no art. 65, §2º da Lei 8.666/93, as supressões não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.
- **13.3.** Os preços contratados não sofrerão reajuste no período correspondente ao contrato de execução da obra.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato;
- **14.2** Será admitida a subcontratação de serviços, ao percentual máximo de 30% do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, e previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária;
- **14.3** A subcontratação não é obrigatório e deverá ser analisada pela FISCALIZAÇÃO em cada caso concreto;
- **14.4** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

- **15.1** Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie em especial pela Lei n° 8.666/93, de 21 Junho de 1993, alterada pela Lei n° 8.883/94, de 08 de Junho de 1994.
- **15.2** Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria Municipal, nos telefones: 08000- 6474411 ou (065) 3311- 4835 e denuncie.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA GARANTIA CONTRATUAL

- **16.1** Além das obrigações legais, regulamentares e demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a licitante adjudicatária, sob pena de eventual rescisão contratual e aplicação das demais sanções cabíveis, inclusive multas a:
- a) De acordo com o disposto no Art. 56 da Lei nº 8.666/1993, deverá a contratada apresentar a comprovação da prestação da garantia no momento da celebração do respectivo termo contratual, abrangendo seus respectivos aditamentos, em cumprimento à determinação contida no Acórdão TCU 1883/2011 1ª Câmara, no valor de 5% (cinco por cento) da contratação, numa das seguintes modalidades e prazos:
- a.1) Até a assinatura do Contrato, para caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados



### PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

- a.2) Até **10 dias úteis** após a assinatura do contrato, para as modalidades de Seguro-garantia e Fiança bancária.
- **16.2** A Contratante não aceitará como cumprimento de exigência editalícia e contratual que impõe a prestação de garantia, seguro-garantia ou fiança bancária que não assegurem a indenização de prejuízos decorrentes de inadimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciários da contratada.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- GARANTIA QUINQUENAL

- 17.1 Da garantia da obra:
- 17.1.1 A contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto do presente contrato, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado, conforme declaração de ciência em anexo.
- 17.2 Do Recebimento da obra:
- 17.2.1 Para o recebimento da obra observar-se-á o procedimento a seguir:
- **17.2.2** A fiscalização do município verificará se a obra está concluída de acordo com estabelecido nas especificações técnicas e, em caso positivo, proporá a sua aceitação provisória, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.
- 17.2.3 Após a entrega da última medição será dado prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a observação do objeto contratado, ao final do qual a mesma será recebida definitivamente, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.
- 17.2.4 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.
- **17.2.5** Antes da assinatura do Termo de Recebimento, quer provisório quer definitivo, a CONTRATADA deverá atender todas as exigências da fiscalização do CONTRATANTE, relacionadas com qualquer defeito ou imperfeição verificado, que deverão ser corrigidos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
- **17.2.6** A assinatura do Termo de Recebimento em definitivo não implica em eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

**18.1** Todas as despesas decorrentes deste procedimento serão alocadas na seguinte dotação orçamentária:



PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE CONTRATOS

### 14- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

### **Ficha 2717**

021402 - Coordenação de Turismo E Eventos 4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento 23.695.0011.1052.0000 - Infraestrutura do Turismo Municipal

### Ficha 1001618

021402 - Coordenação de Turismo E Eventos 4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento 23.695.0011.1052.0000 - Infraestrutura do Turismo Municipal

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO CONTRATUAL

**19.1** Fica eleito o foro da Comarca de Tangará da Serra Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, assim, por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, para que produza seus jurídicos efeitos.

Tangará da Serra-MT, 26 de julho de 2023.

# MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA VANDER ALBERTO MASSON Contratante

# SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA WELINGTON MACHADO RONDON Interveniente

D3 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI DOUGLAS GAMES DA SILVA Contratada

Página 14



# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C6BD-7EFA-503F-9663

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ DOUGLAS GAMES DA SILVA (CPF 041.XXX.XXX-94) em 26/07/2023 16:43:46 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

✓ WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 27/07/2023 07:05:24 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

LUAN VANZETTO (CPF 949.XXX.XXX-49) em 28/07/2023 13:39:51 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 02/08/2023 16:20:57 (GMT-04:00)
Papel: Parte

. Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/C6BD-7EFA-503F-9663



Avenida Brasil – n° 2350-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000 Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: <a href="mailto:gabinete@tangaradaserra.mt.gov.br">gabinete@tangaradaserra.mt.gov.br</a>

### **DECISÃO Nº 015/GP/2024**

Autos: Processo Administrativo de Inexecução Contratual nº 022/PAILC/2023

**Requerente:** Secretaria Municipal de Cultura (SECULTUR) **Requerido(a):** D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI.

Processo Administrativo nº 1.849/2024 - 1DOC

Vistos, etc.

Cuida-se de PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES COMETIDAS POR LICITANTES E CONTRATADOS Nº 012/PAILC/2024, instaurado por solicitação desta Secretaria, em face da empresa D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI - CNPJ nº 26.722.006/0001-66, para apurar suposta infração administrativa, conforme informações contidas nos Memorandos 1 DOC nº 1.371/2024 e 5.920/2024 e seus anexos, onde a empresa, ora requerida não demonstrou a intenção em executar os serviços do objeto do Contrato nº 00116/ADM/2023, da Tomada de Preços nº 011/2023, do Processo Administrativo nº 4.227/2023 - "Restauração da Casa de Rondon de Tangará da Serra – MT".

Na instrução processual, a Comissão constatou que a empresa, ora Requerida, incorreu no descumprimento dos itens 5.1, 9.2, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.12, 9.3.17, do Contrato nº 116/ADM/2023, da Tomada de preços nº 011/2023; Termo de Convênio nº 2658-2022, por não ter realizado os serviços pactuados no referido certame e consequentemente resultou prejuízos ao Município. Por conseguinte, a Análise Técnica nº 025/AATAL/2024, que manifesta no sentido de que os autos respeitou os requisitos e formalidades processuais.

Desta forma, com base na exposição acima, **DECIDO**:

- **a) ACOLHER** o RELATÓRIO EXPOSITIVO E OPINATIVO expedido pela Comissão de Sindicância de acordo com os ditames do art. 17 do Decreto Municipal nº 289/2012<sup>1</sup>;
- b) DETERMINAR a aplicação a empresa D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI CNPJ nº 26.722.006/0001-66, a <u>MULTA COMPENSATÓRIA/INDENIZATÓRIA de 10%</u> (dez por cento) sobre o valor total do contrato, <u>no valor de R\$ 32.396,69 (trinta e dois mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos)</u>, conforme prevê a cláusula décima, item 10.1.4.1 do Contrato nº 116/ADM/2023, amparado pelo art. 19, II, do Decreto 289/2012 e art.87, II da Lei 8.666/1993;
- c) **DETERMINAR** a aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo período de 2 (dois) anos, conforme prevê a cláusula décima, item 10.1.6.1, alínea "g", do Contrato nº 116/ADM/2023, amparado pelo art. 19, IV, do Decreto 289/2012 e art. 87, IV da Lei 8.666/1993;
- **d) DETERMINAR** o registro das <u>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u> no <u>Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF</u>, do Governo Federal, conforme prevê o Art. 34 da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018.

1

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Art. 17. Finda a instrução, seguir-se-á o relatório, peça informativa e opinativa, que deverá conter o resumo do procedimento, sendo acrescido de proposta fundamentada de decisão.





Avenida Brasil – n° 2350-N – Jardim Europa – Tangará da Serra – Mato Grosso – CEP 78.300-000 Telefone: (65) 3311-4800 – E-mail: <a href="mailto:gabinete@tangaradaserra.mt.gov.br">gabinete@tangaradaserra.mt.gov.br</a>

Por fim, remeta-se os autos à UPSPA com as devidas homenagens, e após as providências legais, com o trânsito em julgado, arquive-se.

Intime-se. Cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 28 de março de 2024.

VANDER ALBERTO MASSON Prefeito Municipal



# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B76C-F437-1762-3328

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 02/04/2024 13:27:46 (GMT-04:00)

Emitido por: AC SERASA RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/B76C-F437-1762-3328



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

### **MT PRESERVAR**

# EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS № 007/2021/SECEL/MT PARA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS

### **AVISO DE SELEÇÃO PÚBLICA**

1. O Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT doravante denominado ENTIDADE DE SELEÇÃO, ou simplesmente ES, por meio da Comissão Especial de Seleção - CES, nomeada pela Portaria nº 136/2.021 de 31/08/2021, torna pública a realização de processo de **SELEÇÃO DE PROPOSTAS** para fins de obtenção de financiamento para a recuperação de imóveis públicos e privados visando à preservação do patrimônio cultural do Estado de Mato Grosso.

# 1.1. Justificativa técnica para lançamento de **EDITAL DE RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS**:

O último Programa de Recuperação e Revitalização do Patrimônio Histórico de Mato Grosso, foi executado pela Secretaria de Estado de Cultura entre os anos 2003 e 2010, ocasião em que o Estado propiciou auxílio financeiro a proprietários de um número limitado de imóveis tombados (mormente localizados na capital — Cuiabá) para realização de obras de restauro e conservação.

Desde então, observa-se crescente estado de deterioração dos imóveis tombados pelo Estado, tanto na capital quanto no interior, causados pelos desgastes naturais do tempo, pelas intempéries, pelo uso e até mesmo por atos de vandalismo e atentados, por se apresentarem construídos geralmente em materiais orgânicos e sensíveis como adobe de terra crua e madeira; sofrendo ainda pela incapacidade financeira de seus proprietários quer públicos ou particulares, que embora desenvolvam ações pontuais de conservação, em face das crises e agravamento da situação econômica em geral, sofrem com o crônico e progressivo agravamento das patologias que encarecem e dificultam ações de conservação abrangentes a cada ano.

Em face dessa problemática, e considerando o interesse público na conservação das edificações tombadas por sua significação histórica e social, que os qualifica como instrumentos de educação e cultura, de desfrute coletivo, os quais o Estado tem o dever de conservar e possibilitar a fruição a seus cidadãos do presente e do futuro; a **Constituição Federal no Artigo 216 e 216-A**, estabelece que é função da União, do Estado e dos Municípios, com o apoio da comunidade, preservar os bens culturais e naturais brasileiros, através de: **Art. 216-A. III** - fomento à produção, difusão e circulação



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

de conhecimento e bens culturais; **IV** - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; **VI** - **sistemas de financiamento à cultura**.

Da mesma forma, a Constituição do Estado de Mato Grosso nos artigos 248, 249, 252 e em especial no art. 254 estabelece que "Os proprietários de bens de qualquer natureza tombados pelo Estado, receberão incentivos para a sua preservação".

Os imóveis tombados em nível estadual, conforme determina a Lei 11.323, são protegidos por conterem elementos em sua arquitetura ou em sua história que são relevantes ou significativos para a formação da cultura mato-grossense.

Também a Lei 11.323 de 23 de março de 2021, que Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso, no art. 26, parágrafo 3, inciso I, estabelece a possibilidade de "financiamento integral e/ou parcial das intervenções, em condições especiais à custa de linhas governamentais disponíveis, o que se operará mediante celebração de convênio no caso de entes públicos".

Objetivando cumprir tais dispositivos legais, o presente edital concretiza iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso para promover de forma ampla, porém criteriosa e técnica, o necessário apoio financeiro a projetos de restauração de bens imóveis tombados pelo patrimônio cultural (de uso público e privado), através da destinação de recursos que viabilizem a preservação dessas edificações revestidas de relevância histórica e cultural, dotando-as de estabilidade, funcionalidade, segurança e acessibilidade; promovendo condições para melhor fruição de seus benefícios culturais pela sociedade presente e futura.

O interesse público nessa iniciativa reside na preservação, acesso e fruição dos bens culturais edificados, que através do tombamento foram reconhecidos como formadores da identidade cultural mato-grossense.

- 2. São elegíveis para obtenção de financiamento os imóveis, públicos ou privados, situados em Mato Grosso, de propriedade ou em uso de pessoas físicas ou jurídicas, tombadas isoladamente ou em conjunto, de acordo com os critérios contidos no presente Edital.
- 3. O Edital completo, contendo as regras para participação e seleção poderá ser consultado no sítio eletrônico da SECEL/MT, no endereço: <a href="http://www.secel.mt.gov.br">http://www.secel.mt.gov.br</a>, as dúvidas ou informações poderão ser sanadas pelo número de telefone: (65) 3613-0232 ou endereço de e-mail: patrimoniocultural@secel.mt.gov.br.
- 4. As propostas deverão ser entregues ou enviadas pelo serviço dos Correios até às 18:00 do dia 13/10/2021, horário oficial de Mato Grosso, no endereço abaixo:



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

**EDITAL MT PRESERVAR** 

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER — SECEL/MT Avenida José Monteiro de Figueiredo (Lava Pés), nº 510, Bairro Duque de Caxias - Cuiabá/MT - CEP 78.043-300.

### 5. Fonte de recursos:

Programa: 523 - Ampliação do Acesso à Cultura;

Ação: 2288 – Preservação do patrimônio histórico-cultural;

Natureza: 4.4.90.51.031;

Fonte: 196;

Prazo de Vigência: Será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da homologação do resultado final desta Seleção, prorrogável por uma única vez por igual período;

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

- 6. O atendimento das propostas está sujeito à disponibilidade dos recursos alocados pelo SECEL/MT, para ação do financiamento para recuperação dos imóveis tombados, respeitados os critérios de classificação deste Edital.
- 7. O resultado do processo de seleção será publicado no site eletrônico da SECEL/MT, bem como no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

ITEM	CRONOGRAMA	DATAS / PERÍODO
1	PERÍODO DE INSCRIÇÃO DAS PROPOSTAS	09/09 a 13/10/2021
2	FASE DE HABILITAÇÃO	14/10 a 18/10/2021
3	RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE HABILITAÇÃO	19/10/2021
4	RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO	20/10 a 22/10/2021
5	RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO	25/10/2021
6	ANÁLISE TÉCNICA E CLASSIFICAÇÃO – FASE DE SELEÇÃO	26/10 a 09/11/2021
7	RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE SELEÇÃO	09/11/2021
8	RECURSOS DA FASE DE SELEÇÃO	10/11 a 12/11/2021
9	RESULTADO FINAL	16/11/2021

Cuiabá-MT, 08 de setembro de 2021.

### **ALBERTO MACHADO**

Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

### **MT PRESERVAR**

# EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS № 007/2021/SECEL/MT PARA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS TOMBADOS

### 1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. O Governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT, doravante denominado ENTIDADE DE SELEÇÃO, ou simplesmente ES, por intermédio da COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, ou simplesmente CES, designada pela Portaria nº 136/2021 de 31/08/2021, torna público que nos locais, datas e horários discriminados no AVISO DE SELEÇÃO PÚBLICA, ou simplesmente AVISO, serão recebidas, abertas e examinadas as PROPOSTAS dos interessados em obter financiamento para recuperação de imóveis públicos e privados localizados na área de tombamento e/ou tombados isoladamente, nos municípios do Estado de Mato Grosso, visando à preservação do patrimônio cultural mato-grossense, obedecidas as normas de regência e as disposições deste Edital.

### 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. Caberá à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO a ampla divulgação do edital.
- 2.2. As PROPOSTAS dos interessados deverão ser entregues no local, data e horário indicados no AVISO.
- 2.3. Os pedidos de informações, esclarecimentos e reclamações relacionados com este processo de seleção deverão ser encaminhados ao endereço de e-mail: <a href="mailto:patrimoniocultural@secel.mt.gov.br">patrimoniocultural@secel.mt.gov.br</a>, à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, fazendo referência ao número deste Edital.
- 2.4. Não sendo solicitados esclarecimentos dentro do prazo de inscrições, presumirse-á que os elementos contidos neste Edital e nos seus anexos são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados no processo de seleção.
- 2.5. Caberá à COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO a deliberação quanto à revogação do presente processo de seleção; e o dever de, a qualquer tempo ou fase, anular o processo de seleção, caso venha a ser constatada qualquer irregularidade ou ilegalidade no seu procedimento, respeitadas as normas de regência do Edital.
- 2.6. O presente Edital poderá ser impugnado até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para finalização do período de inscrições. O pedido de impugnação só poderá ser



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

solicitado por meio de carta escrita e entregue no Protocolo da SECEL/MT dentro do prazo estabelecido.

### 3. DAS NORMAS DE REGÊNCIA

- 3.1. Respeitadas as disposições deste Edital e de seus anexos, e sem prejuízo das demais normas legais que lhe sejam aplicáveis em razão da sua natureza, este processo de seleção rege-se, no que couber, pelas seguintes normas e atos jurídicos:
- a) Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores;
- b) Portaria nº 048/2021/SECEL de 23 de março de 2021;
- c) Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2018 Termo de Concessão de Auxílio (TCA);
- d) Decreto Estadual nº 669 de 23 de agosto de 2016;
- e) Lei Estadual nº 10.379 de 1 de março de 2016;
- f) Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2016 Termo de Fomento (TFO);
- g) Decreto Estadual nº 446 de 16 de março de 2016;
- h) Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014;
- i) Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01/2015 Termo de Convênio;
- j) Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE nº 01 de 23 de fevereiro de 2015.
- 3.2. Este Edital não inviabiliza que o proponente de cada projeto obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada, utilizando ou não as Leis de Incentivo à Cultura vigente no país.
- 3.3. Não poderá se inscrever, como proponente na seleção pública a pessoa jurídica que tiver entre seus dirigentes:
- a) Membro da Comissão de Avaliação e Seleção, ou respectivo cônjuge ou companheiro ou parente consanguíneo ou por afinidade em linha reta, colateral até 3º grau;
- b) Servidor público vinculado a Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou por afinidade em linha reta, colateral até o 3º grau;
- c) Imóveis que se encontre sub judice, ou seja sob o juízo;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Parágrafo Único - As inscrições das pessoas mencionadas nesse item poderão ser impugnadas em qualquer fase do Edital.

- 3.4. Está vedado e impedido de participar da presente Seleção Pública:
- 3.4.1. Membros do Conselho Estadual da Cultura, titulares e suplentes, servidores da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, inclusive por intermédio de Pessoa Jurídica na qual possuam algum tipo de participação societária ou diretiva;
- 3.4.2. Cônjuges ou companheiros (as), filhos, noras, genros, enteados, netos e outros parentes até 3º grau, dos membros do Conselho Estadual de Cultura e/ou servidores da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, quer na qualidade de Pessoa Física, quer como Pessoa Jurídica no qual sejam sócios dirigentes;
- 3.4.3. Produtores culturais que violaram resoluções ou deliberações do Conselho Estadual da Cultura de Mato Grosso;
- 3.4.4. As propostas apresentadas por prefeituras municipais se limitarão a imóveis situados em seus respectivos territórios.
- 3.5. Nos termos do Decreto 669/2016 Art. 18 Será vedada a transferência de recurso do FEPC para:
- a) pessoas físicas ou jurídicas inadimplentes e, no caso desta última, que tenha sócio ou dirigente em débito com o Estado ou Município;
- b) membros do Conselho Estadual da Cultura, titulares e suplentes, servidores da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, inclusive por intermédio de pessoa jurídica na qual possuam algum tipo de participação societária ou diretiva;
- c) ações culturais cujo objeto não seja exclusiva e estritamente de finalidade cultural;
- d) ações culturais que envolvam obras, produtos ou atividades destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares;
- e) ações culturais oriundas dos poderes públicos das esferas municipal, estadual ou federal, que sejam de responsabilidade de produtores privados exclusivamente caracterizados como intermediários;
- f) ações culturais que tenham por finalidade as atribuições de outras Secretarias de Estado;
- g) ações culturais que tenham por objetivo o mesmo evento, mesmo que sejam atividades paralelas, correlatas ou periféricas do referido evento.

#### 4. DO OBJETO



### SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 4.1. Constitui objeto do presente processo, selecionar imóveis públicos e privados, situados na área tombada e/ou tombados isoladamente, seja em âmbito municipal, estadual e/ou federal, nos municípios do Estado de Mato Grosso, pertencentes ou em uso pelos interessados em obter financiamento para recuperação dos referidos imóveis, visando à preservação do patrimônio cultural, conforme as disposições deste Edital.
- 4.2. Serão elegíveis para o processo de seleção os seguintes itens:
- a) Recuperação de fachadas e coberturas, incluindo, sempre que necessário, a demolição de acréscimos ou a reconstrução de partes anteriormente demolidas que tenham descaracterizado a edificação;
- b) Estabilização ou consolidação estrutural da edificação;
- c) Instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio;
- d) Obras para atender às normas e à legislação sanitária brasileira, bem como quanto à acessibilidade e insolação;
- e) Bens móveis integrados ao imóvel objeto da recuperação, com valor cultural;
- f) Elaboração dos projetos de arquitetura, engenharia e de restauração;
- g) Confecção das placas de obras conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital;
- h) Custos com taxas, contribuições e impostos (em todas as esferas), que se fizerem necessários para a completa consecução do objeto deste Edital.
- 4.2.1. Para as ruínas, poderá ser financiada a execução de sobrecobertura protetora, bem como toda a estrutura, paredes de vedação, esquadrias, instalações elétricas e hidrossanitárias, como forma de viabilizar a utilização do imóvel.
- 4.2.2. Poderão ser admitidas ainda obras de reforma no interior da edificação, exclusivamente para adequação do imóvel para viabilizar sua habitação com salubridade e segurança, desde que preserve as características técnicas e estéticas da construção original.
- 4.2.3. Visando a sustentabilidade e otimização dos recursos, somente serão admitidas propostas que demonstrarem, de forma clara e objetiva, que o imóvel será utilizado permanentemente após as obras de recuperação previstas neste Edital; informado no Plano de Uso do imóvel (Anexo II Item 9.13).
- 4.3. O presente Edital destinará o valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para financiamento de 27 (vinte e sete) obras de recuperação e/ou requalificação de imóveis tombados:
- a) 03 (três) propostas de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- b) 03 (três) propostas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) 09 (nove) propostas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- d) 12 (doze) propostas de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 4.3.1. Para maior clareza, cada Proposta deverá identificar a qual faixa de financiamento estará concorrendo, conforme um dos valores apresentados no item 4.3, alíneas a, b, c ou d acima.
- 4.3.2. Os valores das Propostas que concorrerão aos recursos de cada faixa concorrentes deverão ser coerentes e compatíveis com as dimensões, volume e demais características técnicas dos imóveis tombados que serão objeto das obras de recuperação, sob pena de desclassificação.
- 4.3.3. Por se tratar de transferência voluntária de recursos, o presente Edital destinará os valores listados no item 4.3, de acordo com a categoria dos proponentes, divididos em 3 lotes, a saber:
- a) LOTE 1 PESSOAS FÍSICAS R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):
- 01 (uma) proposta de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- 01 (uma) proposta de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 03 (três) propostas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 04 (quatro) propostas de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- b) LOTE 2 PESSOAS JURÍDICAS SEM FINS LUCRATIVOS R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):
- 01 (uma) proposta de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- 01 (uma) proposta de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 03 (três) propostas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 04 (quatro) propostas de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- c) LOTE 3 PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO (prefeituras ou órgãos da administração pública de esfera municipal) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 01 (uma) proposta de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- 01 (uma) proposta de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 03 (três) propostas de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 04 (quatro) propostas de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 4.3.4. Na hipótese de ocorrência de saldos remanescentes gerados pela ausência ou reprovação de projetos para determinado lote, tais recursos poderão ser internamente remanejados a critério da CES.
- 4.3.5. Havendo disponibilidade orçamentária e financeira, a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso poderá convocar propostas, além da quantidade de projetos a serem contemplados e valor total a ser investido previstos no



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Edital, conforme subitem 4.3.3, para formalização do Termo Correspondente obedecendo ordem de classificação e comprovado interesse público.

4.4. Fica expressamente estabelecido que os valores destinados aos financiamentos das propostas individuais listadas no item 4.3 não poderão ser aditivados, ainda que seja para consecução dos respectivos projetos selecionados, em face das limitações e indisponibilidade financeiras da Fazenda Pública Estadual; cabendo ao proponente a responsabilidade de arcar unilateralmente com a eventual diferença a partir de outras fontes de financiamento independentes, sejam públicas ou privadas.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar do processo de seleção as pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado que sejam proprietárias, habitantes ou moradoras de imóveis situados na área tombada e/ou tombados isoladamente, em âmbito municipal, estadual e/ou federal, nos municípios do Estado de Mato Grosso.
- 5.1.1. Também poderão participar do processo de seleção:
- a) Pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (sem fins lucrativos) que sejam justos possuidores do imóvel, tais como, inquilinos, comodatários, que possuam em seus contratos de locação cláusulas que permitam a intervenção física no imóvel tombado;
- b) Pessoas físicas que exerçam a posse do imóvel para fins residenciais e/ou comerciais, nos últimos 5 (cinco) anos ininterruptamente;
- c) Cônjuges ou conviventes (união estável Lei nº 9.278/1996) do(s) proprietários ou justo(s) possuidor(es);
- d) Parentes consanguíneos em linha reta até o 3º grau (neto(a), pai, mãe e filhos) do(s) proprietário(s) ou justo(s) possuidor(es);
- e) Parentes consanguíneos em linha colateral até o 2º grau (irmãos) do(s) proprietário(s) ou justo(s) possuidor(es);
- f) Qualquer dos sócios da pessoa jurídica proprietária ou justa possuidora do imóvel, como pessoa física;
- g) Pessoas Jurídicas de Direito Público de âmbito Municipal (prefeituras).

### 6. DAS ETAPAS DE HABILITAÇÃO E SELEÇÃO

- 6.1. O processo de seleção é composto pelas seguintes etapas:
- a) **HABILITAÇÃO**;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

#### b) **AVALIAÇÃO TÉCNICA E SELEÇÃO**;

- ASSINATURA DO TERMO CONTRATUAL (Termo de Concessão de Auxílio ou Termo de Fomento / Colaboração ou Termo de Convênio, de acordo com a natureza jurídica do contemplado): após a publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e no site da Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer — SECEL/MT (www.secel.mt.gov.br), os proponentes selecionados deverão entregar documentação listada no ANEXO IV, de acordo com sua natureza jurídica, para a assinatura do respectivo Termo Contratual.
- 6.2. Compete à Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT designar uma "Comissão Especial de Seleção - CES" com o objetivo de proceder à habilitação das propostas, conferindo se as inscrições obedecem às exigências de prazo, condições, documentos e itens expressos no edital, para posterior divulgação da lista de habilitados.

Parágrafo Único – A Comissão Técnica de Habilitação de Projetos será composta por 5 (cinco) membros, designados por portaria do Secretário de Estado da Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT.

- A "Comissão Especial de Seleção CES" será dividida em 2 subcomissões, cada 6.3. qual composta por 3 (três) membros, designados por portaria do Secretário de Estado da Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT, a fim de atuarem separadamente, nas diferentes fases do processo seletivo, sendo uma responsável pela HABILITAÇÃO e outra pela AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.
- É vedada a participação de qualquer membro das Comissões de Habilitação e de Avaliação Técnica em projeto que esteja participando da Seleção ou que tenha qualquer vínculo profissional ou empresarial com as propostas apresentadas ou de parentesco com os proponentes.

#### São competências da COMISSÃO DE HABILITAÇÃO: 6.5.

- A análise das inscrições, que consiste na verificação dos requisitos exigidos no a) item 7 da Seleção Pública, e emitirá parecer conclusivo classificando cada inscrição como HABILITADA ou INABILITADA.
- 6.5.1. O resultado da fase de habilitação será publicado no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, disponível em: http://www.secel.mt.gov.br/, sendo os candidatos considerados plenamente cientes do resultado a partir da referida publicação.
- 6.5.2. A lista de habilitação deverá conter:



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- nome do projeto e do proponente;
- II) município e UF do proponente;
- III) razão da inabilitação, em caso de indeferimento;
- IV) formulário próprio para recurso, em anexo.
- 6.5.3. Após a divulgação do resultado da fase de habilitação os candidatos não habilitados poderão interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, no prazo 3 (três) dias úteis, a contar da sua divulgação, encaminhados por endereço de e-mail: <a href="mailto:patrimoniocultural@secel.mt.gov.br">patrimoniocultural@secel.mt.gov.br</a>, nos termos do item 9.2 do presente Edital.
- 6.5.4. A relação final dos proponentes habilitados e inabilitados será divulgada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT (<a href="http://www.secel.mt.gov.br">http://www.secel.mt.gov.br</a>), sendo de total responsabilidade do proponente o acompanhamento e a atualização de informações.

## 6.6. São competência da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA:

- a) Realizar a avaliação por comissão composta com no mínimo, 03 (três) técnicos especialistas que poderão emitir parecer em conjunto ou individualmente, conforme os critérios de seleção de acordo com o Anexo II.
- 6.6.1. Será publicado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, disponível em <a href="http://www.secel.mt.gov.br/">http://www.secel.mt.gov.br/</a>, a lista dos inscritos com as seguintes classificações: SELECIONADO, CLASSIFICADO e DESCLASSIFICADO, homologado pelo Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, conforme cronograma, cabendo recurso dessa decisão.
- 6.6.2. Transcorrido o prazo recursal previsto no cronograma, o resultado será homologado pelo Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer e publicado no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, disponível em <a href="http://www.secel.mt.gov.br/">http://www.secel.mt.gov.br/</a>, na data estabelecida no referido cronograma.
- 6.6.3. Após análise e aprovação da documentação constante no Anexo IV, o proponente será convocado, para ASSINATURA DO RESPECTIVO TERMO DE CONTRATAÇÃO, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair do direito decorrente da Seleção, sem prejuízo das penalidades legalmente estabelecidas.

## 7. DAS INSCRIÇÕES DAS PROPOSTAS



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 7.1. Para se inscrever o proponente deverá ler o Edital em sua íntegra, preencher as condições para inscrição e cumprir as determinações deste Edital, seus anexos e posteriores retificações, caso ocorram.
- 7.2. As inscrições ocorrerão entre os dias 09/09/2021 e 08/10/2021, mediante as seguintes formas:
- a) PRESENCIALMENTE: realizadas exclusivamente por meio da entrega do ANEXO I do Edital, Formulário de Inscrição de forma impressa e assinada, anexados os documentos listados no ANEXO IV do Edital, no protocolo da SECEL/MT, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00. O Protocolo fica na sede da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso, localizada na Avenida José Monteiro de Figueiredo (Lava Pés), nº 510, Bairro Duque de Caxias Cuiabá/MT CEP: 78.043-300.
- b) CORREIOS: Os proponentes que optarem por encaminhar sua proposta através do **serviço dos Correios**, deverão enviar os documentos devidamente preenchidos e assinados via postal, com aviso de recebimento (AR) ou entrega rápida, em envelope lacrado, conforme endereço a seguir:

## **DESTINATÁRIO:**

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA № 007/2021/SECEL/MT MT PRESERVAR

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE MATO GROSSO

Avenida José Monteiro de Figueiredo (Lava Pés), nº 510 Bairro Duque de Caxias Cuiabá/MT - CEP: 78.043-300

SETOR DE PROTOCOLO

- 7.3. A PROPOSTA deverá ser apresentada unicamente no formulário constante no Anexo I deste Edital.
- 7.3.1. O formulário poderá ser obtido no endereço indicado no item 3 do AVISO e deverá ser preenchido em uma única via, devendo ser observadas as seguintes disposições:
- a) Deverá estar devidamente assinado pelo proponente ou seu representante legal;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- b) Quando assinado por procurador, o Formulário da Proposta deverá estar acompanhado da procuração específica, a qual deverá conter poderes para participar de todo e qualquer ato referente ao processo de seleção;
- c) A procuração deverá ser apresentada em via original ou por cópia autenticada e em se tratando de instrumento particular, exigir-se-á firma reconhecida;
- d) No caso de proponente pessoa jurídica, admitir-se-á, em substituição à procuração referida nas alíneas "b" e "c" antecedentes, a apresentação de declaração, subscrita por quem de direito, com firma reconhecida no cartório competente, constando da mesma a qualificação e cargo do representante da proponente para atuar no processo de seleção, bem como a declaração expressa de que o indicado está autorizado a praticar todo e qualquer ato referente ao processo de seleção em nome da pessoa jurídica.
- 7.3.2. A PROPOSTA, nos termos do subitem anterior, deverá ser entregue, ou enviada por carta registrada, no endereço, prazo e horário indicados no item 4 do AVISO, em envelope devidamente lacrado e rubricado em seu fecho, contendo:
- a) O Formulário de Proposta devidamente preenchido;
- b) A procuração específica ou declaração referidas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 7.3.1 deste Edital, se for o caso.
- c) Documentos comprobatórios da propriedade ou a posse do imóvel, que demonstrem vínculo do mesmo com o proponente.
- d) Levantamento fotográfico do imóvel, contendo no mínimo 20 (vinte) imagens (recentes de no máximo 60 dias), internas e externas do imóvel, destacando fachadas, telhado, paredes, esquadrias, pisos, forros, instalações, e/ou outros elementos destacados na proposta; demonstrando o atual estado de conservação do imóvel.
- 7.3.3. As propostas enviadas por carta registrada só serão consideradas se recebidas no endereço constante no item 4 do AVISO dentro do prazo estabelecido, sendo que não serão consideradas pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO CES as PROPOSTAS encaminhadas por via postal que não possuam o registro de entrega, bem como as remetidas por fax ou endereço eletrônico (e-mail).
- 7.4. Os valores apresentados na PROPOSTA deverão estar expressos em reais (R\$).
- 7.5. Os proponentes não poderão propor modificações posteriores nas suas propostas, sob a alegação de insuficiência de dados ou informações quanto ao objeto do processo de seleção.
- 7.6. Os proponentes poderão, antes da assinatura dos instrumentos jurídicos competentes, desistir das respectivas PROPOSTAS, sendo que por essa desistência não lhes serão imputados quaisquer ônus.



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 7.7. Os documentos que comprovem a propriedade ou a posse do imóvel (tais como escrituras, testamentos, certidões, espólios, contratos de locação, termos de cessão de uso, comodatos, comprovantes de pagamento de IPTU, de contas de água ou luz, etc.) e as situações de fato ou de direito listadas no item 5.1.1, serão entregues pelo proponente juntamente com o Formulário de Proposta, e servirão de critério de análise na seleção, seguindo as diretrizes deste Edital.
- 7.8. A relação de documentos necessários para HABILITAÇÃO deve obedecer ao apresentado no ANEXO IV deste edital.

## 8. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. Serão desclassificadas, e não participarão da etapa de análise prevista no item 9 deste Edital, as PROPOSTAS que:
- a) Estiverem em desacordo com qualquer exigência deste Edital ou que contiverem vícios de forma ou conteúdo;
- b) Forem apresentadas sem os documentos previstos nas alíneas "b" e "c" do subitem 7.3.1 deste Edital, quando assinadas por procurador;
- c) Forem apresentadas sem os documentos listados no subitem 7.3.2 deste Edital;
- d) Forem apresentadas sem a assinatura do proponente ou de seu representante legal;
- e) Forem apresentadas em formato diverso daquele indicado no Anexo I deste Edital;
- f) Estiverem condicionadas a vantagens ou a fatores não previstos neste Edital;
- g) Contiverem rasuras ou divergências de valores que comprometam a sua compreensão e o julgamento;
- h) Forem preenchidas a lápis;
- i) Excederem uma por imóvel; havendo mais de uma proposta para o mesmo imóvel será analisada apenas a de maior valor, ficando desclassificadas as demais;
- j) Apresentarem valores que não estejam expressos em moeda corrente nacional.

## 9. DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. Na análise das PROPOSTAS serão levados em conta:
- a) A relevância histórica do imóvel;
- b) O estado de conservação do imóvel;
- c) A Justificativa apresentada no Formulário da Proposta;
- d) O Plano de utilização do imóvel após as obras de recuperação;
- e) A cidade de localização do imóvel;
- f) A pontuação apurada de acordo com os itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- g) A pontuação máxima que cada proposta poderá atingir será de 150 (cento e cinquenta) pontos.
- 9.1.1. **Importância do Imóvel:** Dosagem da pontuação a critério do avaliador, sendo publicada a média aritmética de avaliação de todos os membros da comissão. Mínimo de zero e máximo de 30 (trinta) pontos.
- 9.1.2. **Excelência do Projeto:** Dosagem da pontuação a critério do avaliador, sendo publicada a média aritmética de avaliação de todos os membros da comissão. Mínimo de zero e máximo de 20 (vinte) pontos.
- 9.1.3. Adequação da Proposta orçamentária e viabilidade do projeto: Dosagem da pontuação a critério do avaliador, sendo publicada a média aritmética de avaliação de todos os membros da comissão. Mínimo de zero e máximo de 20 (vinte) pontos.
- 9.1.4. **Potencial de realização da equipe envolvida no Projeto:** Dosagem da pontuação a critério do avaliador, sendo publicada a média aritmética de avaliação de todos os membros da comissão. Mínimo de zero e máximo de 10 (dez) pontos.
- 9.1.5. **Desgaste do Edifício:** Dosagem da pontuação a critério do avaliador, sendo publicada a média aritmética de avaliação de todos os membros da comissão. Mínimo de zero e máximo de 10 (dez) pontos.
- 9.1.6. **Efeito Multiplicador do Projeto:** Dosagem da pontuação a critério do avaliador, sendo publicada a média aritmética de avaliação de todos os membros da comissão. Mínimo de zero e máximo de 10 (dez) pontos.
- 9.1.7. Para o quesito **"relevância histórica do imóvel"** objeto da PROPOSTA, a nota total será representada pela atribuição de uma das seguintes notas:
- a) Imóvel localizado em sítio histórico tombado em nível estadual 6 (seis) pontos;
- b) Imóvel localizado em sítio histórico tombado em nível municipal 3 (três) pontos;
- c) Imóvel tombado individualmente ou em conjunto, em nível federal 1 (um) ponto.
- 9.1.8. O quesito **"estado de conservação do imóvel"** será julgado com a atribuição de uma das seguintes notas de apreciação:
- a) "Bom" 1 (um) ponto;
- b) "Regular" 3 (três) pontos;
- c) "Ruim" 4 (quatro) pontos;
- d) "Em ruína" 6 (seis) pontos.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 9.1.9. Para o quesito "justificativa" da PROPOSTA, onde será avaliada a viabilidade técnica da obra, representada pela pontuação 10 (dez), a nota total será representada pelo somatório das seguintes notas:
- a) Consistência das informações apresentadas 2 (dois) pontos;
- b) Razoabilidade dos serviços planejados e seus custos 4 (quatro) pontos;
- c) Coerência entre as ações planejadas e os custos apresentados 4 (quatro) pontos.
- 9.1.10. Para o quesito "Plano de Utilização" ou plano de uso da PROPOSTA, que avaliará a ocupação/ uso do imóvel tombado após a recuperação e/ou requalificação; a nota total será representada pela atribuição de uma das seguintes notas:
- a) RESIDENCIAL e/ou COMERCIAL PRIVADO 7 (sete) pontos;
- b) INSTITUCIONAL PÚBLICO (órgão ou equipamento cultural) 8 (oito) pontos;
- c) INSTITUCIONAL PRIVADO (ONG's/OSC's, igrejas, associações, entidades) 7 (sete) pontos.
- 9.1.11. Para o quesito "**Tutela Judicial de Urgência**", os imóveis (ou conjuntos) tombados que comprovadamente sejam objeto de procedimento administrativo ou judicial pelo Ministério Público Estadual (informando o número do processo / inquérito / SIMP Sistema Integrado do Ministério Público) por risco iminente de perdimento, receberão a atribuição distinta de 20 (vinte) pontos.
- 9.2. A nota final da PROPOSTA será dada pelo somatório dos pontos obtidos em cada um dos quesitos acima elencados.
- 9.3. Do total dos projetos previstos para apoio nesta Seleção Pública, 60% das propostas selecionadas deverão ser oriundas de municípios do interior do Estado de Mato Grosso e 40% de municípios da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá RMVRC, de acordo com a Lei 10.379/2016, que redefiniu o Fundo Estadual de Fomento à Cultura sob a nova nomenclatura de Fundo Estadual de Política Cultural; valendo tal norma para os 3 lotes da presente Seleção.
- 9.4. As PROPOSTAS serão classificadas em ordem decrescente de pontos obtidos, gerando lista preliminar de classificação das propostas.
- 9.5. Serão desclassificadas as propostas que não obtiverem pelo menos 50% (cinquenta por cento) da nota final de avaliação.
- 9.6. Ocorrendo empate entre duas ou mais PROPOSTAS, por ocasião do seu julgamento, o desempate será efetuado pela aplicação sucessiva e ordenada dos seguintes critérios:



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- a) Maior pontuação no quesito "estado de conservação do imóvel";
- b) Maior pontuação no quesito "relevância histórica do imóvel";
- c) Persistindo o empate, a classificação das propostas nesta situação será decidida por meio de sorteio a ser realizado pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO CES.
- 9.7. A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO CES poderá, se entender necessário, para fins de elucidação das PROPOSTAS apresentadas, solicitar a assessoria de outros técnicos, da própria SECEL ou de outras entidades, públicas ou privadas.
- 9.8. A análise das propostas será finalizada pela COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO CES mediante a elaboração de relatório, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de início do processo de habilitação.
- 9.8.1. O relatório deverá conter:
- a) A planilha constante do Anexo III, contendo a lista de classificação das propostas, em ordem decrescente de pontos obtidos, com a identificação dos respectivos interessados/proponentes e devidamente preenchida com os dados de todas as propostas classificadas;
- b) A lista com as propostas desclassificadas, quando houver;
- c) Os fundamentos que ensejaram as decisões tomadas;
- d) O registro de quaisquer outros fatos relevantes ocorridos no processo.
- 9.9. Concluída a análise das propostas, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO CES encaminhará o relatório à autoridade referida no item 2.5 para divulgação do resultado preliminar da seleção.

## 10. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- 10.1. Apreciados os recursos, a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO CES elaborará o relatório conclusivo com o resultado final da seleção, composto de:
- a) Relatório;
- b) As decisões fundamentadas acerca dos recursos interpostos;
- c) Lista final de classificação de propostas, elaborada após a apreciação dos recursos.
- 10.2. Não havendo a interposição de recursos, o relatório conclusivo será composto apenas do documento referido na alínea "a" do item 10.1.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

10.3. Relatório conclusivo será encaminhado à autoridade referida no item 2.6, para homologação e posterior divulgação do resultado, na forma dos itens 7 do Aviso de Seleção e 9.3 deste Edital.

## 11. DA OPERACIONALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO

## 11.1. Da operacionalização

- 11.1.1. Superada a fase de classificação das PROPOSTAS, os proponentes serão convocados pela SECEL/MT para receber o repasse dos recursos e executar sua Proposta. Os proprietários, possuidores e/ou ocupantes de imóveis tombados selecionados deverão apresentar:
- a) Comprovante de abertura de Conta bancária de mesma titularidade do proponente, aberta exclusivamente para movimentação dos recursos do presente Edital.

## 11.2. Das liberações de recursos

- 11.2.1. Os recursos serão desembolsados, em 02 (duas) parcelas iguais, de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução da obra, conforme discriminado no projeto, que deverá fazer parte dos instrumentos jurídicos a serem formalizados entre o proponente e a SECEL.
- 11.2.2. O cadastro da conta corrente do proponente selecionado junto a SECEL é condição essencial para o empenho e consequente recebimento de recursos provenientes deste edital.
- 11.2.3. Os pagamentos deverão seguir expressamente o cronograma físico-financeiro apresentado, sendo a segunda parcela apenas liberada após verificação dos serviços executados através de medição.
- 11.2.4. Após a assinatura do contrato, o beneficiário terá até 60 (sessenta) dias para iniciar os serviços e apresentar a primeira etapa, referente à contratação e entrega dos projetos executivos, podendo ser o contrato cancelado em caso de não cumprimento do prazo.
- 11.2.5. Os projetos executivos, contratados pelo beneficiário com recursos deste Edital e elaborados por profissionais de arquitetura e engenharia, deverão ser apresentados à SECEL/MT para aprovação prévia junto à Coordenadoria de Patrimônio Cultural, que procederá à análise e aprovação num prazo de até 15 (quinze) dias.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 11.2.6. Caso tais projetos sejam reprovados pelos técnicos da SECEL/MT por se constatar incoerências e falhas, o beneficiário procederá à correção com seus técnicos contratados e reapresentará os mesmos para uma segunda análise em segunda versão, seguida da mesma análise pela SECEL no prazo de até 15 (quinze) dias.
- 11.2.7. Persistindo a reprovação, promoverá os ajustes finais de conformação nos mesmos moldes do item 12.2.5; sendo que a reprovação dessa terceira versão será definitiva, e cancelado o contrato, tendo como obrigações a devolução de recursos anteriormente recebidos e o imediato cancelamento de novos repasses por parte da SECEL/MT.
- 11.2.8. Os pedidos de prorrogação de prazos de início ou de conclusão das obras e serviços deverão ser encaminhados, por escrito, pelo beneficiário à SECEL/MT, no prazo de 30 (trinta) dias corridos antes de expirado o prazo inicialmente pactuado, acompanhado de proposta, justificativa e respectivo cronograma físico-financeiro de reprogramação das obras e serviços.
- 11.2.9. Respeitado o valor total do financiamento, os recursos parciais poderão ser remanejados entre os diversos itens relacionados no cronograma físico-financeiro, se assim se mostrar necessário à melhor execução do Projeto, desde que as alterações sejam aprovadas pela SECEL/MT.
- 11.2.10. Os recursos da segunda parcela não serão desembolsados caso os serviços, previstos na primeira etapa, não tenham sido executados conforme o projeto aprovado.
- 11.2.11. O cronograma físico-financeiro deverá contemplar obrigatoriamente como primeira etapa a contratação de profissional de arquitetura para elaboração dos projetos, bem como demais profissionais de engenharia para os projetos estrutural e de instalações, se for o caso.
- 11.2.12. Tais projetos serão apresentados à SECEL/MT para aprovação prévia, seguindo o rito e prazos descritos nos itens 12.2.5 e 12.2.6, e caso resulte em reprovação como descrito no item 12.2.7, passarão a ser de propriedade da SECEL/MT, sem prejuízo da autoria dos mesmos, e procedida a rescisão contratual do financiamento, cancelando em definitivo a realização das demais etapas projetadas.

## 11.3. Do apoio técnico e documentação jurídica do imóvel

11.3.1. Eventuais alterações do projeto ao longo da execução da obra deverão ser previamente e expressamente aprovadas pela equipe técnica da SECEL/MT.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 11.3.2. Nenhuma alteração de projeto poderá ser executada sem antes haver a permissão por meio de parecer técnico favorável à atividade, emitido pela Coordenação de Patrimônio Cultural da SECEL/MT.
- 11.3.3. O não encaminhamento do projeto revisado, contemplando as alterações propostas, para a aprovação pela equipe técnica da SECEL/MT, impede o pagamento pelas obras e serviços realizados em desacordo com o projeto inicialmente aprovado, ainda que as alterações se justifiquem do ponto de vista técnico.
- 11.3.4. Para a elaboração dos projetos de arquitetura, engenharia e cronograma físico-financeiro o proponente poderá contar com a orientação e assessoramento técnico da SECEL/MT; e deverá ainda contratar às expensas do financiamento, o respectivo acompanhamento técnico sistemático por profissional de arquitetura que será o responsável técnico pela execução; não havendo nenhum impedimento de que seja(m) o(s) mesmo(s) autor(res) dos projetos.
- 11.3.5. A responsabilidade técnica na execução dos trabalhos deve ser de profissional com formação em arquitetura e urbanismo, conforme Resolução 51 CAUBR.
- 11.3.6. Os custos da elaboração dos projetos, registro de responsabilidade técnica e placas deverão ser incluídos na planilha de custos da respectiva obra e considerados pelos proponentes quando da formulação da PROPOSTA, não podendo ultrapassar 6% (seis por cento) do valor total da PROPOSTA.
- 11.3.7. O valor do custo do projeto arquitetônico e sua respectiva RRT deverá ser de, no máximo 3% (três por cento) o valor proposto para os serviços;
- 11.3.8. O valor do custo dos projetos complementares e suas respectivas RRT e/ou ART deverá ser de, no máximo 3% o valor proposto para os serviços;

## 11.4. Da contratação de obras

- 11.4.1. As obras serão contratadas diretamente pelo beneficiário, observados o projeto, orçamento e cronograma físico-financeiro anteriormente aprovados e os respectivos documentos complementares. O beneficiário poderá contratar Pessoa Física ou Jurídica de sua confiança e preferência, sobre quem se responsabilizará e responderá exclusivamente, por se tratar de contratação particular.
- 11.4.2. Não será permitida, por menor que seja a complexidade, que a obra seja executada sem a presença de um responsável técnico com formação em arquitetura e urbanismo.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

11.4.3. Não serão ressarcidas as despesas relacionadas a obras iniciadas antes da assinatura do contrato, mesmo em se tratando de serviços elencados nos documentos técnicos aprovados para a obtenção do financiamento objeto do presente Edital, excetuando-se os custos relativos aos projetos.

## 11.5. Da fiscalização

- 11.5.1. A SECEL/MT, através dos técnicos da Coordenadoria de Patrimônio Cultural, fiscalizará a execução das obras, devendo ser franqueado livre acesso a toda área da obra, de acordo com a legislação vigente, ficando isso consignado nos instrumentos jurídicos a serem firmados em razão desta seleção.
- 11.5.2. As Normas de ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS seguirão as determinações do Decreto 669/2016 nos Artigos 34 até o 44.
- 11.5.3. Cabe à Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer a fiscalização técnica e financeira da execução das ações culturais em todos os seus aspectos.
- 11.5.4. A atribuição referida no artigo anterior será manifestada através de relatórios técnicos que indiquem os resultados atingidos, objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e realizados, bem como a repercussão da iniciativa na sociedade.
- 11.5.5. O cronograma de execução de atividades deverá ser seguido estritamente pelo proponente, sob pena de não aprovação da prestação de contas apresentada.
- 11.5.6. A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer poderá exigir do produtor cultural ou da instituição, a qualquer momento, relatório parcial de execução e/ou prestação de contas.
- 11.5.7. Art. 39. A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer deverá garantir os meios eficazes para o acompanhamento e fiscalização dos projetos culturais.

## 12. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 12.1. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas neste edital e no Termo de Contratação, além de prazos e normas de elaboração constantes no instrumento firmado entre as partes e no plano de trabalho.
- 12.2. O Produtor Cultural deve apresentar a prestação de contas, a qual deverá conter elementos que permitam à SECEL/MT avaliar e concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição detalhada das atividades realizadas e a



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, do período de que trata a prestação de contas.

Parágrafo 1º. Serão devolvidos valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa plausível.

Parágrafo 2º. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

- 12.3. Os editais estabelecerão, de acordo com as características do segmento cultural a ser beneficiado, modelo de relatório de execução, forma de apresentação do serviço/produto e/ou comprovação de realização da ação apoiada.
- 12.4. Nos termos do Decreto 669/2016 Art. 48, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, o produtor cultural ou a entidade deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 13.1. Das Obrigações das Partes Contratada:
- 13.1.1. Utilizar a conta bancária, aberta específica para este Termo de Fomento ou Colaboração, somente sendo permitidos créditos do respectivo instrumento e retiradas para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante ordem bancária ou transferência eletrônica ou, ainda, para aplicação no mercado financeiro;
- 13.1.2. Aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE, e os correspondentes à sua contrapartida quando for o caso, no objeto do presente Termo de Fomento ou Colaboração, utilizando-os com observância do respectivo Plano de Aplicação e Cronograma de Execução constantes do Plano de Trabalho;
- 13.1.3. Prestar Contas dos recursos repassados, da contrapartida e da aplicação financeira, na forma prevista na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº. 001/2016, da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual n°446/2016;
- 13.1.4. Restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, à concedente ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 13.1.5. Restituir à Concedente o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável ao débito para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:
- a) quando não for executado o objeto pactuado;
- b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final; ou,
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversas da estabelecida no Termo de Fomento ou Colaboração.
- 13.1.6. Recolher à conta da concedente ou do Tesouro Estadual, o valor corrigido referente à contrapartida pactuada, quando na execução do termo de Fomento ou Colaboração não for comprovada sua aplicação na consecução do objeto do Termo de Fomento ou Colaboração;
- 13.1.7. Recolher à conta da concedente ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;
- 13.1.8. Restituir à concedente o valor dos rendimentos não auferidos pela não aplicação dos recursos em poupança ou em fundo de aplicação financeira, enquanto não utilizados no objeto do Termo de Fomento ou Colaboração;
- 13.1.9. Fornecer todas as informações a respeito do Projeto à CONCEDENTE durante e após a execução, de modo a satisfazer as fases de controle, acompanhamento e avaliação do mesmo;
- 13.1.10. Fazer constar em todo material de apresentação e divulgação do projeto, o apoio institucional do Governo do Estado de Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Cultura, sendo vedada à utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- 13.1.11. Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Termo de Fomento ou Colaboração SIGCon, no endereço eletrônico <a href="http://www.seplan.mt.gov.br/sigcon">http://www.seplan.mt.gov.br/sigcon</a>, com os dados relativos à execução do Termo de Fomento ou Colaboração, como execução das metas, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, etc.;
- 13.1.12. Gerar e enviar através do SIGCon, os relatórios de prestações de contas dos termos de Fomento ou Colaborações celebrados, além do envio formal dos documentos em meio papel para conferência;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 13.1.13. Fornecer à Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer todo o material publicitário e promocional do projeto;
- 13.1.14. Conceder livre acesso dos agentes da administração pública estadual, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- 13.1.15. Manter arquivados os documentos originais do Termo de Fomento ou Colaboração, em boa ordem, e em bom estado de conservação, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da aprovação da prestação de contas final pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 13.1.16. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.
- 13.1.17. Na hipótese de o instrumento firmado tratar-se de obra ou serviço de engenharia, deverá ser instalada no local da execução placa indicativa, obedecendo ao padrão estabelecido pelo Governo do Estado, quando for o caso;
- 13.1.18. Para a aquisição de bens e contratação de serviços, deverá realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.
- 13.1.19. Deverá contratar empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que será registrada no SIGCon e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.
- 13.1.20. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira e, bem assim, apor a marca do Governo Estadual nos outdoors e similares custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento ou Colaboração, ficando vedado aos Partícipes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos, sob pena de devolução dos recursos utilizados para esta finalidade.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 13.1.21. Os valores arrecadados com a cobrança de ingresso em shows e eventos ou com venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos em função dos projetos beneficiados com recursos da parceria devem ser revertidos exclusivamente na execução o objeto e, havendo saldo remanescente, o mesmo deverá ser recolhido à conta do Tesouro Estadual.
- 13.1.22. Prestar contas dos valores descritos no inciso XXI com apresentação de comprovante de arrecadação, tais como tickets e borderô, além de nota(s) fiscal(is).
- 13.1.23. Definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública estadual;
- 13.1.24. Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 13.1.25. Responsabilizar-se do instrumento contratual junto ao SIGCon sob pela de indeferimento do prosseguimento do feito.

## 13.2. Das Obrigações das Parte Contratante:

- 13.2.1. Repassar o recurso conforme descrito no Plano de Trabalho e no Cronograma de Desembolso;
- 13.2.2. Acompanhar, durante e ao término, a execução do Termo de Fomento ou Colaboração, na conformidade com objeto;
- 13.2.3. Publicar o extrato do Termo de Fomento ou Colaboração no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do 5° dia útil ao mês subsequente de sua assinatura;
- 13.2.4. Receber e analisar a Prestação de Contas do presente Termo de Fomento ou Colaboração.
- 13.2.5. Dar ciência do Termo de Fomento ou Colaboração ao Tribunal de Contas de Mato Grosso, para registro;
- 13.2.6. Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Fomento ou Colaboração, quando houver atraso na liberação dos recursos;



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 13.2.7. Conservar a autoridade normativa e exercer o controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada.
- 13.2.8. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

# 14. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E ASSINATURA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

- 14.1. Após a publicação do resultado final da seleção os proponentes terão prazo de 10 (dez) dias úteis, independentemente de qualquer outro aviso, para a entrega da documentação necessária para formalização do financiamento.
- 14.2. A relação de documentos necessários à assinatura dos instrumentos jurídicos consta no Anexo IV deste edital. Esses documentos deverão ser apresentados pelos proponentes à SECEL/MT logo após a convocação, ficando esta responsável pelo esclarecimento de eventuais dúvidas.
- 14.3. A formalização dos instrumentos jurídicos do financiamento ficará condicionada à regularidade da documentação jurídica apresentada e à viabilidade técnica e financeira da operação.
- 14.4. A critério e julgamento da SECEL/MT, os prazos objeto deste item, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente selecionado, desde que haja motivo justificado.
- 14.5. Na hipótese de desistência de proponentes selecionados, ou em caso destes não atenderem, nos prazos e nas formas estabelecidos, às exigências para a formalização dos instrumentos jurídicos com a ES, esta indicará o próximo classificado a ser convocado e, assim sucessivamente, se houver mais de uma desistência ou desatendimento às exigências, concedendo aos novos convocados os mesmos prazos previstos e as mesmas condições estabelecidas para a concretização da operação.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Respeitados os critérios do item 9 deste Edital, as PROPOSTAS selecionadas serão atendidas pela ordem de classificação, de acordo com a disponibilidade dos recursos alocados pela SECEL/MT.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 15.2. A critério da SECEL/MT, caso os recursos não tenham sido esgotados na primeira seleção, o processo poderá ser repetido, ficando estabelecido que o novo processo de seleção atenderá aos interessados até o limite de recursos disponíveis.
- 15.3. São de responsabilidade exclusiva do proprietário do imóvel, do proponente ou do beneficiário, conforme o caso, todas as despesas decorrentes da regularização, junto aos órgãos competentes, das obras e eventuais dívidas e/ou tributos em aberto, junto à União, ao Estado e ao Município, ou a quaisquer de seus órgãos, mormente o Instituto Nacional do Seguro Social, assim como a adoção das providências destinadas à conclusão das obras e sua averbação perante o respectivo cartório de registro imobiliário; como também encargos trabalhistas e sociais sobre a mão-de-obra empregada, quando for o caso.
- 15.4. As minutas dos instrumentos jurídicos necessários à formalização do financiamento objeto desta seleção são partes integrantes deste Edital, pelo que se considera que estejam à disposição dos proponentes para que sejam examinadas previamente à sua assinatura.
- 15.5. Caso seja selecionado mais de um imóvel pertencente ao mesmo proponente, cada um deles será atendido na ordem de classificação em que se encontram no processo de seleção.
- 15.6. O não cumprimento das regras estabelecidas no presente Edital e instrumentos contratuais anexos, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa, após a devida notificação, implicará na aplicação das seguintes sanções ao proponente:
- I) Tomada de contas especial, em caso de omissão de prestação de contas no prazo ajustado ou reprovação de prestação de contas;
- II) Impedimento de receber quaisquer recursos da SECEL/MT ou outro órgão do Estado;
- III) Inscrição no cadastro de inadimplentes da SECEL/MT e demais cadastros do Estado.

## 16. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Os proponentes e beneficiários deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo e na execução do contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 17.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Contrato sujeitará o Proponente, pelo atraso, inexecução total ou parcial do Contrato, garantido o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, às seguintes sanções:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão Unilateral;
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitações, seleções e editais, e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos.
- 17.2. Impedimento de licitar, conveniar e contratar com o Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida depois que a Proponente ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após de transcorrido o prazo da sanção mencionada no item anterior.
- 17.3. Quando o objeto estiver em desacordo com as especificações, os cronogramas e as normas técnicas, o Proponente estará sujeito às penalidades estabelecidas no contrato, sem prejuízo das multas cabíveis;

## 18. DA DISPENSA DAS SANÇÕES E DO RECURSO

- 18.1. Constituem motivos para dispensa das sanções contratuais, os seguintes casos:
- a) Ordem escrita da CONTRATANTE, para paralisar ou restringir a execução do objeto contratado;
- b) Ocorrência de circunstância prevista em lei, de caso fortuito ou de força maior, nos termos da lei civil, impeditiva da execução do Contrato em tempo hábil.
- 18.2. Entende-se por motivos de caso fortuito/força maior, para efeito de penalidades e sanções: ocorrência documentada de catástrofe natural, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência.
- 18.3. O Proponente deverá comunicar à Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT a ocorrência da inexecução do ajuste por motivo de força maior/caso fortuito, dentro de prazo de 03 (três) dias de sua verificação, e apresentar os respectivos



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

documentos comprovando o fato, em até 05 (cinco) dias contados do evento, sob pena de não serem considerados os motivos alegados;

- 18.4. A Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento dos documentos visando comprovar o motivo de força maior, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa;
- 18.5. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, do ato que aplicar penalidade caberá recurso, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhar o processo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
- 18.6. A multa poderá ser aplicada pela SECEL/MT ao Proponente, sob as seguintes formas:
- 18.6.1. Multa de Mora, pelo atraso injustificado na execução do objeto, nos termos do artigo 86 da Lei Federal n. 8.666/1993, sendo:
- a) Multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do valor global do Contrato, por dia de excesso que venha a ocorrer no prazo previsto para a conclusão do objeto contratado.
- b) Multa Administrativa, de natureza penal, compensatória das perdas e danos sofridos pela Administração, pelo inadimplemento na execução total ou parcial do Contrato, nos termos do artigo 87, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/1993, sendo:
- I) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do Contrato;
- II) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global, no caso de inexecução total do Contrato;
- 18.6.2. A aplicação de multa não impede que a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666/1993;
- 18.6.3. O valor das multas aplicadas, será descontado dos créditos que o Proponente possuir junto à Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT;
- 18.6.4. Inexistindo créditos a descontar, no prazo de 05 (dias) dias, contados da intimação por parte da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer SECEL/MT, deverá ser efetuado o depósito do valor das multas aplicadas no Proponente, em favor do Fundo de Fortalecimento da Política Cultural:



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- 18.6.5. Caso o Proponente não proceda ao recolhimento da multa no prazo determinado, o respectivo valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso.
- 18.6.6. Nos termos do Decreto 669/2016 Art. 45. O não cumprimento das regras estabelecidas nos instrumentos contratuais ao proponente, sem prejuízo do direito ao contraditório e ampla defesa após a devida notificação, implicará na aplicação das seguintes sanções:
- I) suspensão da análise e arquivamento de ações culturais que envolvam o proponente e que estejam tramitando no FEPC;
- II) tomada de contas especial, em caso de omissão de prestação de contas no prazo ajustado ou reprovação de prestação de contas;
- III) impedimento de receber quaisquer recursos da SECEL/MT ou outro órgão do Estado;
- IV) inscrição no cadastro de inadimplentes da SECEL/MT e demais cadastros do Estado.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. O prazo da vigência e execução dos objetos do presente Edital será de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de assinatura dos respectivos termos, podendo ser prorrogado até por igual período, mediante justificativa e anuência técnica prévia e expressa da SECEL/MT.
- 19.2. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:
- ANEXO I Formulário para apresentação da Proposta;
- ANEXO II Pontuação de cada Proposta;
- ANEXO III Modelo de planilha de classificação de propostas;
- ANEXO IV Relação de documentos exigidos nas análises econômico-financeira e jurídica e respectivos modelos de formulário;
- ANEXO V Modelo de Placa de Obra;
- ANEXO VI Termo de Concessão de Auxílio (TCA);
- ANEXO VII Termo de Fomento (TFO) ou Termo de Colaboração;
- ANEXO VIII Termo de Convênio (TC);

Cuiabá, 08 de setembro de 2021.

## **ALBERTO MACHADO**

Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT

#### **NOTA DE EMPENHO** PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA AV. BRASIL № 2351-N BAIRRO JARDIM EUROPA 16839 03.788.239 /0001-66 DATA: 10/08/2023 NOTA DE EMPENHO Nº 16839 FICHA: 2717 SOLICITAÇÃO Nº: PEDIDO Nº: 09447/23 LICITAÇÃO: Tomada de preco para obras, servicos de engenha PROCESSO: 000231/23 DOCUMENTO: VENCIMENTO: 0011/23 NOME: 27845 D3 COMERCIO E SERVICO EIRELI 26.722.006/0001-66 ENDEREÇO: AV COUTO MAGALHAES CIDADE: VARZEA GRANDE CEP: 78110-400 TEL.: (65) 8165-0103 C/CONTA: 20465-4 Não **BANCO: 748** AGÊNCIA:0804 VALOR TOTAL DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO (CONTRATO 00116/ADM/2023) Contratação de empresa especializada para Recuperação da Casa de Rondon no **VALOR EMPENHADO** Município de Tangará da Serra-MT. Convênio nº 2658/2022. GEO OBRAS 48847/23. SECULTUR. 291.441,58 Desconto 0,00 CENTRO DE CUSTO GL - Global 001-001: Geral **VALOR LIQUIDO** 291.441.58 DESCRIÇÃO CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA PODER EXECUTIVO PODER: 02 ÓRGÃO: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 02 COORDENAÇÃO DE TURISMO E EVENTOS UNIDADE: 23 Comércio e Serviços FUNÇÃO: 695 Turismo SUB-FUNÇÃO: 0011 PROGRAMA: 1052 INFRAESTRUTURA DO TURISMO MUNICIPAL PROJ-ATIVIDADE: CATEG. ECONOMICA: 4.4.90.51.91 OBRAS EM ANDAMENTO NOGNOU DONDON WORKER ST. 291.441,58 SUBELEMENTO: 4.4.90.51.91.00 OBRAS EM ANDAMENTO FONTE: 5 1 701 0000000 Sem código de acompanhamento Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Exerc.Corrente) FONTE STN: 1.701 CODIGO APLICAÇÃO: 141 050 Conv. Estado INVEST TURISMO (div) FUND, COMPRADIRETA:1 Despesa com licitação Nº. CONTRATO 0000000116/2023 Nº. CONVENIO: 2658 Nº. OBRA/Geo-Obras 531 /2022 OBRAS EM ANDAMENTO (P) CONTA DEBITO: 12321060100 FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F) CONTA CREDITO: 21311010101 **OBRAS EM ANDAMENTO** NATUREZA MSC: 4.4.90.51.91 QTD UNID MARCA **VL.UNT R\$** CÓDIGO

117.001.225 RECUPERAÇÃO DA CASA DE RONDON (CONVÊNIO Nº 2658/2022) 1,00 UN 291.441,58 0,00 300.000,00 DOTAÇÃO INICIAL EMPENHADO ATÉ A DATA 0,00 SUPLEMENTAÇÕES:

291.441,58 VALOR DESTE EMPENHO: 0.00 DEDUCÕES: 300.000,00 DOTAÇÃO FINAL SALDO ATUAL 8.558.42

291.441,58 **VALOR A SER PAGO R\$** duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos \* \* \* \* \* \*

		TOTAL DE DESCONTOS	0.00
			-,
_	ORDENADOR DE DESPESA:	CONTADO	OR:

Emitido por: IZABELA TALITA SILVA GOMES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/*67466 BrassDataBecozeac*ecinformecocoddigoca78040BressDataBecozeacecocoddigoca78040BressDataBecoze essoas:\\@<u>rentingerowverterateratorareara</u>ht<u>oon</u>we<u>rater</u>e

#### **NOTA DE EMPENHO** PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA AV. BRASIL № 2351-N BAIRRO JARDIM EUROPA 16842 03.788.239 /0001-66 DATA: 10/08/2023 NOTA DE EMPENHO Nº 16842 FICHA: 1001618 SOLICITAÇÃO №: PEDIDO Nº: 09450/23 LICITAÇÃO: Tomada de preco para obras, servicos de engenha PROCESSO: 000231/23 DOCUMENTO: VENCIMENTO: 0011/23 NOME: **27845 D3 COMERCIO E SERVICO EIRELI** 26.722.006/0001-66 ENDEREÇO: AV COUTO MAGALHAES TEL.: (65) 8165-0103 CIDADE: VARZEA GRANDE CEP: 78110-400 C/CONTA: 20465-4 Não **BANCO: 748** AGÊNCIA:0804 VALOR TOTAL DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/OU SERVIÇO (CONTRATO 00116/ADM/2023) Contratação de empresa especializada para Recuperação da Casa de Rondon no **VALOR EMPENHADO** Município de Tangará da Serra-MT. Convênio nº 2658/2022. Convênio nº 2658/2022. GEO OBRAS 48847/23. 32.525,34 **SECULTUR** Desconto 0,00 CENTRO DE CUSTO GL - Global 001-001: Geral **VALOR LIQUIDO** 32.525,34 DESCRIÇÃO CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA PODER EXECUTIVO PODER: 02 ÓRGÃO: 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO 02 COORDENAÇÃO DE TURISMO E EVENTOS UNIDADE: 23 Comércio e Serviços FUNÇÃO: 695 Turismo SUB-FUNÇÃO: 0011 MAIS TURISMO PROGRAMA: 1052 INFRAESTRUTURA DO TURISMO MUNICIPAL PROJ-ATIVIDADE: CATEG. ECONOMICA: 4.4.90.51.91 OBRAS EM ANDAMENTO SUBELEMENTO: 4.4.90.51.91.00 OBRAS EM ANDAMENTO essoas:v**oeuning room ekaasig magaraghaa hashasan ess**ah**i**vafaadan room endando Rondon FONTE: 1 1 500 0000000 Sem código de acompanhamento Recursos não Vinculados de Impostos Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente) FONTE STN: 1.500 CODIGO APLICAÇÃO: 000 000 Recursos próprios FUND, COMPRADIRETA:1 Despesa com licitação Nº. CONTRATO 0000000116/2023 Nº. CONVENIO: 2658 Nº. OBRA/Geo-Obras 531 /2022 OBRAS EM ANDAMENTO (P) CONTA DEBITO: 12321060100 FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F) CONTA CREDITO: 21311010101 OBRAS EM ANDAMENTO NATUREZA MSC: 4.4.90.51.91

	VALOR A SER BAGO P¢	22 525 24				
	DOTAÇÃO FINAL: 100.000,00		SALDO ATUAL:	67.474,66		Coch
	SUPLEMENTAÇÕES: 0,00 DEDUÇÕES: 0,00	VAL	ALOR DESTE EMPENHO:	32.525,34		AKTANARA PARA
	DOTAÇÃO INICIAL: 100.000,00	EM	MPENHADO ATÉ A DATA:	0,00		9
1	117.001.225 RECUPERAÇÃO	O DA CASA DE RONDON (CONVÊNIO Nº 2658/2	2022) 1,00	UN	32.525,34	32.525,34
ITE	M CODIGO DESCR.		QTD L	JNID MARCA	VL.UNT R\$	VI TOT R\$

VALOR A SER PAGO R\$ trinta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos

	TOTAL DE DESCONTOS	0.00
		, <u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>
		Š
		`
ORDENADOR DE DESPESA:	CONTADOR:	

Emitido por: IZABELA TALITA SILVA GOMES

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/*67466 BrassDataBecozeac*ecinformecocoddigoca78040BressDataBecozeacecocoddigoca78040BressDataBecoze



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4720-D883-D496-C19C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CLAUDIO WELLKER OLIVEIRA TAVARES (CPF 061.XXX.XXX-19) em 11/08/2023 11:04:19 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 11/08/2023 13:46:55 (GMT-04:00)
Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/4720-D883-D496-C19C



## 1Doc

## Ofício 4.902/2023

De: Roselene N. - SECULTUR

Para: D3 COMERCIO E SERVICO EIRELI

**Data:** 04/09/2023 às 09:57:30

Setores envolvidos:

SECULTUR, SECULTUR, CHDATE

## Assinatura Ordem de Serviço - Casa de Rondon

Prezado

Assinatura Ordem de Serviço Casa de Rondon.

Atenciosamente,

Roselene Magalhães Nascimento

Administrativo

Anexos:

ORDEM\_DE\_SERVICO\_2\_2\_.pdf





## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

## ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO N°	0267SEPLAN/2023.							
DATA DE EMISSÃO	17/08/2023.							
CONTRATO №.	116/ADM/2023.							
CONTRATANTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT;							
CONTRATANTE	CNPJ N° 03.788.239/0001-66.							
EMPRESA CONTRATADA	D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI							
EIVIPRESA CONTRATADA	CNPJ N° 26.722.006/0001-66							
REPRESENTANTES DA EMPRE-	NOME: DOUGLAS GAMES DA SILVA							
SA CONTRATADA	CPF N° 041.281.212-94							
OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO DA RESTAURAÇÃO DA CASA DE RONDON NO MUNICÍPIO DE							
OBJETO DO CONTRATO	TANGARÁ DA SERRA - MT (CONVÊNIO № 2658/2022)							
VALOR TOTAL DA OBRA	R\$ 323.966,92 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta e seis re-							
VALOR TOTAL DA OBRA	ais, noventa e dois centavos),							
FORMA DE EXECUÇÃO	Empreitada global							
DATA DA ASSINATURA DO	26 de julho de 2023							
CONTRATO	20 de juiilo de 2023							
PRAZO DE EXECUÇÃO	30 (DIAS).							
ENDEREÇO DA OBRA	Rodovia MT 358, Assentamento Antônio Conselheiro – Tangará da Serra-MT							
2. The Energy Dr. Con. Co.	Nodovia Wi 336, Assentamento Antonio consenero Tangara da seria Wi							
PROCESSO LICITATÓRIO	Processo Administrativo nº 4.227/2023							
	TOMADA DE PREÇOS № 011/2023							
RECURSO	MUNICIPAL.							
	14- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO							
	Ficha 2717							
	021402 - Coordenação de Turismo E Eventos							
DOTAÇÃO	4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento							
ORÇAMENTÁRIA	23.695.0011.1052.0000 - Infraestrutura do Turismo Municipal							
	Ficha 1001618							
	021402 - Coordenação de Turismo E Eventos							
	4.4.90.51.91.00 - Obras em Andamento							
	23.695.0011.1052.0000 - Infraestrutura do Turismo Municipal							

TANGARÁ DA SERRA-MT, 17 DE AGOSTO DE 2023.







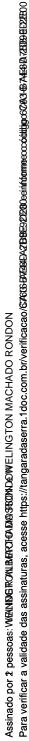
## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

## WELINGTON MACHADO RONDON SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO

REPRESENTANTE
D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI
EMPRESA CONTRATADA

ALEX CAMPOS FERNANDES FISCAL DE OBRA CREA 1200505514







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0A05-D62D-0725-2D86

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 04/09/2023 09:01:31 (GMT-04:00)
  Papel: Parte
  - Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ALEX CAMPOS FERNANDES (CPF 809.XXX.XXX-34) em 04/09/2023 10:38:50 (GMT-04:00)

  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- DOUGLAS GAMES DA SILVA (CPF 041.XXX.XXX-94) em 04/09/2023 12:28:18 (GMT-04:00)

  Papel: Parte

  Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/0A05-D62D-0725-2D86



1Docs

## Memorando 3-24.690/2023

De: Roselene N. - SECULTUR

Para: SECULTUR - CAT

Data: 17/08/2023 às 14:35:04

## Setores envolvidos:

SEPLAN - DEP, SECULTUR, SECULTUR, SECULTUR, SECULTUR-GNFE, SEPLAN - GEOOBRAS, SEPLAN - DATE

## Assinatura Portaria Casa de Rondon

Prezados,

Segue Portaria para assinatura devido divergências no número do Contrato.

Atenciosamente,

Roselene Magalhães Nascimento Administrativo

## Anexos:

PORTARIA\_019\_2023\_D3\_COMERCIO\_CASA\_DE\_RONDON.pdf

SSINA BOSSOSS: WENNINDER BRANDER BROTH RESTELLEN BENNAR FOR STOREN FOR STOREN VALDEVINO DA SILVA PEREIRA FILHO, ALEX CAMPOS FERNANDES, ILUSKA FLÁVIA DE CARVALHO



## Prefeitura Municipal de Tangará da Serra Estado de Mato Grosso Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULTUR

## PORTARIA Nº 019/SECULTUR/2023

DESIGNA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATO.

O Secretário Municipal de Cultura e Turismo no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação prevista no Decreto nº 248/GP/2015, de 03 de Agosto de 2015.

RESOLVE:

Art.1º Designar servidores abaixo indicados para, com observância ao disposto no art. 58, III c.c art. 67, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atuar como fiscal do contrato celebrado entre o Município de Tangará da Serra-MT, e a Empresa abaixo, de acordo com seguintes dados:

## **CONTRATO Nº 00116/ADM/2023**

Processo Administrativo nº 4.227/2023

Tomada de Preços nº 011/2023

CONTRATADA: D3 COMERCIO E SERVIÇO EIRELI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA RESTAURAÇÃO DA CASA DE RONDON NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT (CONVÊNIO Nº 2658/2022).

DATA DA ASSINATURA:

25/07/2023

DATA DE VIGÊNCIA: Vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da data da assinatura do contrato

Supervisor de Contrato: Solange Silva Oliveira Porta, CPF Nº 621.089.561-15 - MATRÍCULA Nº101295

Fiscal Titular: Wilson Valdevino da Silva Pereira Filho, CPF: 963.852.431-68 - Matrícula nº 14755; Suplente de Contrato: Roselene Magalhães Nascimento, CPF Nº964.739.401-20 - MATRÍCULA Nº 102401

Fiscal da Obra: Alex Campos Fernandes CPF: 809.691.861-34 - Matrícula nº 4221- CREA: 1200505514;

Suplente da Obra: Iluska Flávia de Carvalho Dias CPF: 795.256.631-00 – Matrícula nº 102247 CAU: A28204-9.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos aplicados a partir da data de assinatura do contrato acima especificado.

**Welington Machado Rondon**Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Wilson Valdevino da Silva Pereira Filho

Fiscal do Contrato

**Alex Campos Fernandes**Fiscal da Obra

**Solange Silva Oliveira Porta** Supervisor

Roselene Magalhães Nascimento Suplente do Contrato

Iluska Flávia de Carvalho Dias Suplente da Obra

Ciente em 25/07/2023



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

10

Código para verificação: 4BC6-C65A-34C0-E7A9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ SOLANGE SILVA OLIVEIRA PORTA (CPF 621.XXX.XXX-15) em 17/08/2023 13:37:33 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ROSELENE MAGALHÃES NASCIMENTO (CPF 964.XXX.XXX-20) em 17/08/2023 13:38:25 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

WILSON VALDEVINO DA SILVA PEREIRA FILHO (CPF 963.XXX.XXX-68) em 17/08/2023 13:39:37 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ALEX CAMPOS FERNANDES (CPF 809.XXX.XXX-34) em 17/08/2023 13:46:39 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ILUSKA FLÁVIA DE CARVALHO DIAS (CPF 795.XXX.XXX-00) em 17/08/2023 13:59:39 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 17/08/2023 14:05:35 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/4BC6-C65A-34C0-E7A9



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

## TERMO DE CONVÊNIO Nº 2658-2022 PROCESSO Nº SECEL-PRO-2021/00189

## IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

ÓRGÃO CONCEDENTE: ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER-SECEL, inscrita no CNPJ nº 03.507.415/0026-00, com sede na Av. José Monteiro de Figueiredo, 510, Bairro Duque de Caxias II, Cuiabá-MT, CEP 78043-300, neste ato representada por JEFFERSON CARVALHO NEVES, Secretário, inscrito no CPF nº 667.213.181-72, portador do RG nº 988.191 SSP/MT, residente e domiciliado na rua Helder Candia K4,7 MT010 3059, AP 1804A T1, Ribeirão D LI Cuiabá MT, CEP 78048150, Cuiabá - MT, nomeado por meio do Ato Governamental nº 1.533/2022, publicado no D.O.E. de 04 de abril de 2022.

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA, inscrito no CNPJ nº 03.788.239/0001-66, com sede na AV. BRASIL, 50 CENTRO - TANGARÁ DA SERRA/MT, CEP 78.300-000, neste ato representado por VANDER ALBERTO MASSON, Prefeito, portador do RG Nº: 03913902 SSP/MT, inscrito no CPF nº: 432.285.341-20, residente e domiciliado na Av. Virgilio Favetti, s/n, Area 01, Jardim Cidade Alta - Tangará Da Serra/MT, CEP: 78.300-000.

## LEGISLAÇÃO E CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente Convênio se sujeita as Normas da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, ao Decreto Federal n.º. 93.872/86, ao Decreto Estadual nº. 5.126 de 10 de fevereiro de 2005, ao Decreto Estadual nº 840/2017 de 10 de fevereiro de 2017 e a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE Nº. 001/2015, de 02/02/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 27/02/2015, e a outras normas estaduais, quando se aplicarem.

O presente convênio foi precedido do Chamamento e Seleção Pública para Projetos de Fomento e Ações Culturais nos Municípios do "Programa de Interiorização da Cultura".

## CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Convênio a mútua colaboração dos signatários, objetivando a "Recuperação da Casa de Rondon no Município de Tangará da Serra – MT", nos termos do Plano de Trabalho aprovado.

## CLAUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

O valor total do presente Termo de Convênio é de R\$ 333.480,47 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos) a serem gastos na forma do Plano de Trabalho aprovado, na forma a seguir discriminada:

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA repassará o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a serem repassados conforme previsão do Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho aprovado (Anexo IV).

O PROPONENTE arcará com uma contrapartida financeira equivalente ao valor de R\$ 33.480,47 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos), conforme consta no Plano de Aplicação dos Recursos, por Natureza de Despesa e Cronograma de Execução (Anexo III) do Plano de Trabalho aprovado.



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos destinados para a execução do objeto do Termo de Convênio correrão por conta do Orçamento da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL/MT, observadas as características abaixo discriminadas:

ÓRGÃO	PROJETO	ELEMENTO DE DESPESA	REGIÃO	FONTE	VALOR	
23101	2288	33.40.41	9900	196	R\$ 300.000,0 0	

## CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Convênio terá vigência até 01/11/2023.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

# PARÁGRAFO PRIMEIRO - A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER SE COMPROMETE:

- I Repassar o recurso conforme descrito no Plano de Trabalho e no Cronograma de Desembolso;
- II Acompanhar, durante e ao término, a execução do convênio, na conformidade com objeto;
- III Publicar o extrato do Termo Convênio no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do 5° dia útil ao mês subsequente de sua assinatura;
- IV Receber e analisar a Prestação de Contas do presente Termo de Convênio.
- V Dar ciência do Termo de Convênio ao Tribunal de Contas de MT, para registro;
- VI Prorrogar "de oficio" a vigência do Termo de Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos:
- VII Conservar a autoridade normativa e exercer o controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada.

# PARÁGRAFO SEGUNDO - A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA SE COMPROMETE:

- I Utilizar a conta bancária, aberta específica para este Termo de Convênio, somente sendo permitidos créditos do respectivo instrumento e saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor, ordem bancária ou transferência eletrônica ou, ainda, para aplicação no mercado financeiro;
- II Aplicar os recursos repassados pela Secretaria de Estado de Cultura, e os correspondentes à sua contrapartida quando for o caso, no objeto do presente Termo de Convênio, utilizando-os com observância do respectivo Plano de Aplicação e Cronograma de Execução constantes do Plano de Trabalho;
- III Prestar Contas dos recursos repassados, da contrapartida e da aplicação financeira, na forma prevista na Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE Nº. 001/2015, da Lei nº 9.078/08 e Decreto Estadual nº1.842/09;
- IV Restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, à concedente ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- V Restituir à Secretaria de Estado de Cultura o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável ao débito para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:
- a quando não for executado o objeto pactuado;
- b quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final; ou,
- c quando os recursos forem utilizados em finalidade diversas da estabelecida no Termo de Convênio;
- VI Recolher à conta da concedente ou do Tesouro Estadual, o valor corrigido referente à contrapartida pactuada, quando na execução do temo de fomento não for comprovada sua aplicação na consecução do objeto do Termo de Convênio;
- VII Recolher à conta da concedente ou ao Tesouro Estadual, conforme o caso, o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e a sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto ainda que não tenha feito aplicação;
- VIII Restituir à concedente o valor dos rendimentos não auferidos pela não aplicação dos recursos em poupança ou em fundo de aplicação financeira, enquanto não utilizados no objeto do Termo de Convênio;
- IX Fornecer todas as informações a respeito do Projeto à Secretaria de Estado de Cultura durante e após a execução, de modo a satisfazer as fases de controle, acompanhamento e avaliação do mesmo;
- X Fazer constar em todo material de apresentação e divulgação do projeto, o apoio institucional do Governo do Estado de Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Cultura, sendo vedada à utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- XI Alimentar o Sistema de Gerenciamento de Termo de Convênio SIGCon, no endereço www.seplan.mt.gov.br/sigcon, com os dados relativos a execução do Termo de Convênio, como execução das metas, empenhos, liquidações, pagamentos efetuados, etc.;
- XII Gerar e enviar através do SIGCon, os relatórios de prestações de contas dos termos de fomentos celebrados a partir de 2007, além do envio formal dos documentos em meio papel para conferência:
- XIII Fornecer à Secretaria de Estado de Cultura todo o material publicitário e promocional do projeto;
- XIV Conceder livre acesso aos servidores do órgão de controle interno, ao qual esteja subordinada a concedente, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- XV Manter arquivados os documentos originais do Termo de Convênio, em boa ordem, e em bom estado de conservação, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos Órgãos de Controle Interno e Externo do Estado pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da aprovação da prestação de contas final pelo Tribunal de Contas do Estado.
- XVI Assumir a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais e trabalhistas, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Proponente em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

XVII – Na hipótese do Instrumento firmado tratar-se de obra ou serviço, deverá ser instalada no local da execução placa indicativa, obedecendo ao padrão estabelecido pelo Governo do Estado, quando for o caso;

XVIII – A sujeitar-se às disposições da Lei nº. 8.666/93 e ao Decreto Estadual nº 7217/2006, especialmente em relação à licitação e contratação, bem como nos casos de dispensa e inexigibilidade, admitida a modalidade prevista na Lei nº. 10.520/02, referente aos recursos recebidos;

XIX - Na hipótese do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e art. 15 do Decreto Estadual nº 7217/2006, realizar a cotação de preços das despesas constantes do plano de trabalho referentes à execução do objeto, para aquisição de materiais e/ou contratação de serviços, comprovando tal providencia mediante a apresentação de, no mínimo, 03 (três) propostas válidas, sendo tais propostas datadas, assinadas e em papel timbrado dos fornecedores interessados; ou na hipótese de documento eletrônico, que apresente identificação do fornecedor com logomarca e CNPJ;

XX - Emitir e encaminhar à Concedente, juntamente com as prestações de contas parciais, os laudos de medições das etapas da obra devidamente cumpridas, para fins de liberação das parcelas subsequentes, conforme o inciso XII do artigo 20 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 001/2015, quando for o caso.

XXI - Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da Secretaria de Estado de Cultura em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira e, bem assim, apor a marca do Governo Estadual nos outdoors e similares custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, ficando vedado aos Partícipes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos, sob pena de devolução dos recursos utilizados para esta finalidade.

XXII – É expressamente vedada a cobrança de ingressos em eventos beneficiados com recursos oriundos do Termo de Convênio.

XXIII – Em atendimento ao Art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997, a Resolução-TSE nº 23.610/2019 e Orientação Técnica CGE-MT nº 01/2022, fica vedada a utilização da marca do Governo Estadual no período correspondente aos três meses que antecedem o primeiro turno das eleições, assim, no corrente ano, está vedada no período de 02 de julho a 02 de outubro ou, havendo segundo turno, até 30 de outubro.

A não observância da regra eleitoral acima mencionada é de responsabilidade exclusiva do parceiro, e ensejará a rescisão do instrumento contratual respectivo existente com esta Secretaria.

## PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONCEDENTE E O PROPONENTE SE COMPROMETEM:

Denunciar ou rescindir o presente termo fomento, a qualquer tempo, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS BENS



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento, que tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos do Termo de Convênio, poderão ser devolvidos à Concedente ou incorporados diretamente no patrimônio do Proponente, quando necessários à continuidade da ação financiada, ou quando, por razões de economicidade, não haja interesse por parte da Concedente em reavê-lo.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Controladoria Geral do Estado - CGE tem a prerrogativa de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso sejam detectadas irregularidades na aplicação dos recursos, poderá o Secretário de Estado de Cultura, mediante recomendação feita no relatório de acompanhamento físico-financeiro, solicitar ao banco o bloqueio temporário da movimentação dos recursos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A supervisão, o acompanhamento, o controle e a avaliação das ações de fiscalização do presente Termo será através da **Comissão de Monitoramento do Edital de Seleção nº 007/2021/SECEL/MT – MT Preservar – Portaria nº 32/2022/SECEL**, ou quem vier a substituí-lo(a) ou for investido no cargo supracitado, dentro do prazo regulamentar de execução e prestação de contas deste Instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO - a fiscalização do objeto também poderá ser procedida mediante a formalização de Termo de Parceria para Fiscalização que possuíra as mesmas prerrogativas de acesso e fiscalização, devendo promover o monitoramento, vistoria in loco e expedição de Relatório quanto a aplicação dos recursos em conformidade ao Plano de Trabalho.

## CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Quando a liberação dos recursos ocorrer em duas ou mais parcelas, a liberação de cada parcela subsequente à primeira ficará condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas parcial referente à parcela anterior, devendo o Proponente, após liberado a última parcela e nos casos em que o Termo de Convênio for celebrado em um só pagamento, apresentar a Prestação de Contas Final no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o término da vigência, devendo ser registrado seu recebimento no Sistema de Gerenciamento de Termo de Convênio e será constituída de:

- a. Ofício de encaminhamento;
- b. Plano de Trabalho:
- c. Cópia do Termo de Convênio, de seus Termos Aditivos e respectivas publicações dos extratos;
- d. Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa (Anexo VI);
- e. Relatório de Cumprimento do Objeto (Anexo VII);
- f. Relatório de Execução Física (Anexo VIII);
- g. Relatório de Execução Financeira (Anexo IX);
- h. Relação dos Pagamentos Efetuados (Anexo X);



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- i. Relação de Bens Adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Termo de Convênio, quando o caso (Anexo XI);
- j. Declaração de Incorporação de Bens Adquiridos, acompanhada da respectiva cópia da nota fiscal e ficha de tombamento, quando for o caso;
- k. Termo de Devolução de Bens Adquiridos, quando for o caso;
- 1. Conciliação Bancária, quando for o caso (Anexo XII);
- m. Cópia das notas fiscais e/ou recibos contendo: a indicação do número do termo fomento; descrição do bem/serviço adquirido, com as quantidades unitárias e totais dos valores, vedada as generalizações e abreviações que impeçam o conhecimento da natureza das despesas; carimbo de atesto do recebimento dos bens/serviços pelo tomador; carimbo de recebimento dos valores pelo emitente da nota fiscal ou recibo, com assinatura identificável:
- n. Comprovantes (Fotos, DVD, jornal impresso, etc.) da execução do objeto, na forma do Plano de Trabalho:
- o. Cópias de cheque, nominais e cruzados, bem como das notas de ordem bancária e/ou transferências eletrônicas:
- p. Cópia dos empenhos, liquidações e ordens de pagamento, quando for o caso;
- q. Cópias dos comprovantes das retenções e/ou recolhimentos dos tributos incidentes nas aquisições e contratações;
- r. Extrato da conta bancária específica do período de execução do Termo de Convênio, a partir do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento;
- s. Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando for o caso, conforme previsto no artigo 73 da Lei nº. 8.666/93;
- t.Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela Concedente;
- u. Cópia dos orçamentos feitos, na forma exigida pela CLAÚSULA QUINTA, PARÁGRAFO SEGUNDO;
- v. Cópia dos documentos relativos à licitação, inclusive despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou a justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;
- w. Comprovação da contrapartida não financeira nos termos do plano de trabalho;
- y. No caso de anúncio em revista, jornal ou catálogo cópia de um exemplar de cada, bem como o pedido de inserção assinado pelas partes;
- x. No caso de anúncio televisivo (VT) cópia do anúncio em DVD, VCD ou VHS e do mapa de mídia com a programação prevista e assinado pelas partes;
- aa. No caso de anúncio em rádio (SPOT/JINGLE) cópia do anúncio em CDROM ou MP3, do pedido de inserção com a programação prevista e do mapa de irradiação assinado pelas partes;
- ab. No caso de anúncio em outdoor, frontlight, luminoso fotografia com o respectivo endereço de cada outdoor, frontlight, luminoso;



## SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

- ac. No caso de confecção de material promocional (ex: camisa, boné, caneta, pasta, convites, adesivos etc) um exemplar de cada um deles;
- ad. No caso de confecção de banner, faixa, troféu e medalha fotografia da entrega das premiações.
- II Na hipótese de contrapartida não financeira pelo PROPONENTE, a prestação de contas deverá ser feita mediante a apresentação de todos os documentos hábeis à comprovação do valor econômico do bem ou serviço discriminado no Plano de Trabalho.
- III A Prestação de Contas Final dos termos de fomentos com duas ou mais parcelas, considerando que os documentos comprobatórios das despesas já foram encaminhados nas respectivas prestações de contas parciais, será composta dos relatórios consolidados de todo o período da execução.

## CLÁUSULA NONA – DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização dos recursos repassados pela Concedente e os da contrapartida oferecida, em finalidade diversa da estabelecida no plano de Trabalho aprovado, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência avençado, ainda que em caráter de emergência.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os recursos deste Convênio não poderão ser utilizados na realização de despesas com:

- a) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- b) taxa de administração, gerência ou similar;
- c) pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; e, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;
- d) publicidade, salvo as de caráter comprovadamente informativo ou de orientação social, desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e, como tais, previstas no Plano de Trabalho aprovado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem ou sugiram promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

O Termo de Convênio somente poderá ser alterado, com a devida justificativa, mediante proposta de termo aditivo inserida no SIGCon e apresentada ao concedente através de ofício, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do período da vigência, prazo necessário para análise pela área técnica e decisão.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO



SECEL - Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Constitui motivo para rescisão unilateral do Termo de Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, principalmente quando constatadas as situações previstas no art. 84 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE N°. 001/2015, e ensejará a abertura de Tomadas de Contas Especial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas que se originarem durante a execução do presente Termo de Convênio serão dirimidos pelas partes, mediante Termo Aditivo se necessário.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cuiabá/MT, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para solução de quaisquer dúvidas que vierem a surgir durante a execução do presente Termo de Convênio.

E por estarem assim de acordo e conveniados, assinam o presente instrumento em 02

(duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que também subscrevem.

Cuiabá-MT, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

JEFFERSON CARVALHO NEVES

SECRETARIO DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTE E LAZER – SECEL

VANDER ALBERTO MASSON

PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Nome:



# ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES SETOR DE CONTRATOS

## CONTRATO Nº 00116/ADM/2023 TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 00001/ADM/2024

INSTRUMENTO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL AO CONTRATO Nº 00116/ADM/2023, QUE FAZEM ENTRE SI, AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.

Processo Administrativo nº 4.227/2023 Tomada de Preços nº 011/2023

## O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT,

pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.788.239/0001-66, com sede na Avenida Brasil, n.º 2.351-N, Jardim Europa, nesta cidade de Tangará da Serra/MT., neste ato representado pelo Prefeito, VANDER ALBERTO MASSON, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade 03913902 - SSP/MT e CPF/MF nº 432.285.341-20, residente e domiciliado na cidade de Tangará da Serra/MT, adiante denominado simplesmente CREDENCIANTE, e a SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA neste ato representado pelo Sr. WELINGTON MACHADO RONDON, brasileiro, portador do RG nº 2147798 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 034.068.361-94, residente a Rua 60-A Nº 936-W Jardim monte Líbano na cidade de Tangará da Serra/MT, adiante denominado INTERVENIENTE e, de outro lado, a empresa D3 COMERCIO E SERVICO EIRELI, Inscrita no CNPJ sob nº 26.722.006/0001-66, estabelecida á Av. Couto Magalhães nº: 450, Centro Norte, no município de Várzea Grande/MT, CEP: 78.110-400, e-mail d3comercioservico@gmail.com, telefones: (65) 98165-0103 e (65) 98165-0016, neste ato representado pelo Sr. DOUGLAS GAMES DA SILVA, inscrito no RG sob nº 21073821 SSP/MT e CPF nº 041.281.212-94, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a homologação, da Tomada de Preços nº 011/2023, conforme despacho exarado no Processo Administrativo nº 4.227/2023, e o que mais consta do citado Processo que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, firmar o presente CONTRATO, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Tangará da Serra, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666 de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente rescisão tem por fundamento o artigo 78, I e 80, I, ambos da Lei n. 8.666/93.





# ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES SETOR DE CONTRATOS

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente Termo tem por Objeto a Rescisão Unilateral, a partir do dia 19/01/2024, do Contrato Administrativo N° 00116/ADM/2023, objeto: (objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA RESTAURAÇÃO DA CASA DE RONDON NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT (CONVÊNIO N° 2658/2022).

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO ANTECIPADA

- 2.1 A presente rescisão UNILATERAL dar-se-á conforme o previsto na <u>CLÁUSULA</u> DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO E CONSEQUÊNCIAS 11.1 do Contrato supra.
- 2.2 Não há valores a pagar para a empresa, tendo em vista a inexecução total do objeto do contrato.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA

**3.1** – Conforme disposto no artigo 78, I, e 80 da Lei n. 8.666/93. A presente rescisão justifica-se pelo Memorando nº 1.371/2024, Relatório Técnico nº 001/2024/SEPLAN e Parecer Jurídico nº 066/PGM/2024.

## CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**4.1** – A partir da presente data, fica rescindido o Contrato em epígrafe. E assim, por estar de acordo e rescindido, o Município assina o presente Instrumento de Termo de Rescisão Contratual.

Tangará da Serra/MT, 16 de janeiro de 2024.

## MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT VANDER ALBERTO MASSON Credenciante

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA WELINGTON MACHADO RONDON Interveniente





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BF78-6A46-E133-00A1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 16/02/2024 16:59:14 (GMT-04:00)
Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 20/02/2024 16:51:38 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/BF78-6A46-E133-00A1



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CA16-AE8D-2D9E-2E00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

WELI

WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 10/04/2025 22:01:41 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/CA16-AE8D-2D9E-2E00

Recursos Vinculados da SECULTUR

Superavit Financeiro em 31/12/2024

Conta bancária	Fonte/destinação		Saldo bancário	Comprometido RP a liquidar	Comprometido RP liquidado	Outras obrigações	Soma de obrigações	Superavit/Deficit Fonte Superavitári		tária		Observação				
17164-6	5 1 701	0000000	140	50	53.974,65	41.221,24	1.964,52	0,00	43.185,76	10.788,89	5 2	701	0000000	140	50	
Soma					53.974,65	41.221,24	1.964,52	0,00	43.185,76	10.788,89						Convênio MT Reeducando
13794-4	5 1 701	0000000	140	55	9.444,83	0,00	0,00	0,00	0,00	9.444,83	5 2	701	0000000	140	55	
13794-4	5 2 701	0000000	140	55	52.490,32	0,00	1.670,00	0,00	1.670,00	50.820,32	5 2	701	0000000	140	55	
Soma					61.935,15	0,00	1.670,00	0,00	1.670,00	60.265,15						Convênio MT Etnoturismo
17796-2	5 1 701	0000000	140	58	31.496,16	0,00	0,00	0,00	0,00	31.496,16	5 2	701	0000000	140	58	
Soma					31.496,16	0,00	0,00	0,00	0,00	31.496,16						Conv. MT Biblioteca Viva custeio
13864-9	5 1 701	0000000	141	50	183.094,24	0,00	0,00	0,00	0,00	183.094,24	5 2	701	0000000	141	50	
Soma					183.094,24	0,00	0,00	0,00	0,00	183.094,24						Convênio MT Casa Rondon
17796-2	5 1 701	0000000	141	58	31.258,34	0,00	0,00	0,00	0,00	31.258,34	5 2	701	0000000	141	58	
Soma					31.258,34	0,00	0,00	0,00	0,00	31.258,34						Conv. MT Biblioteca Viva invest
15929-8	5 1 715	0000000	140	57	18.350,00	13.351,54	0,00	0,00	13.351,54	4.998,46	5 2	715	0000000	140	57	
15929-8	5 2 715	0000000	140	57	10.648,46	10.648,46	0,00	0,00	10.648,46	0,00	5 2	715	0000000	140	57	
Soma					28.998,46	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	4.998,46						Lei P. Gustavo art. 5º audiovisual
15930-1	5 1 716	0000000	140	57	569,59	0,00	0,00	0,00	0,00	569,59	5 2	716	0000000	140	57	
15930-1	5 2 716	0000000	140	57	20.000,11	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,11	5 2	716	0000000	140	57	
Soma					20.569,70	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	569,70						Lei P. Gustavo art. 8º demais
75145-6	6 1 719	0000000	140	34	499.486,63	146.639,08	196.537,08	0,00	343.176,16	156.310,47	6 2	719	0000000	140	34	
Soma					499.486,63	146.639,08	196.537,08	0,00	343.176,16	156.310,47						Lei Aldir Blanc
9836-1	6 1 759	0000000	140	034	239,01	0,00	0,00	0,00	0,00	239,01	6 2	759	0000000	140	034	
9836-1	6 2 759	0000000	140	034	2.984,61	0,00	0,00	0,00	0,00	2.984,61	6 2	759	0000000	140	034	
Soma					3.223,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3.223,62						Fundo Mun. Cultura
Total				914.036,95	231.860,32	200.171,60	0,00	432.031,92	482.005,03							

T.daSerra. 24/01/2025.

1/1



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA

AV. BRASIL Nº 2351-N BAIRRO JARDIM EUROPA 03788239/0001-66 Exercício: 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA

Página 1

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

FIC COD	TÍTLU OC	PREVISÃO	ARRECADADA (R\$)											TOTAL	
		ATUAL R\$	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
1000.00.0.0.0	RECEITAS CORRENTES.	0,00	1.647,33	1.639,38	1.965,68	439,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.691,48
1300.00.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.647,33	1.639,38	1.965,68	439,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.691,48
1320.00.0.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	1.647,33	1.639,38	1.965,68	439,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.691,48
814 1321.01.0.1.14	.05REMUN. DEP. CONVÊNIO MT - SECULTUR-DI	0,00	1.647,33	1.639,38	1.965,68	439,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.691,48
1700.00.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1720.00.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS ESTADOS DISTRITO FED	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
813 1724.99.0.1.14	.020UTRAS TRANSF.CONV. MT - SECULTUR-DIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	IS	0,00	1.647,33	1.639,38	1.965,68	439,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.691,48

 DIF A MAIOR
 5.691,48

 DIF A MENOR
 0,00

TANGARA DA SERRA 14/04/2025

VANDER ALBERTO MASSON PREFEITO MUNICIPAL

FLAVIO AMARAL OLIVEIRA CONTADOR Absinado por 2 pessoas: VANDER ALBERTO MASSON e WELINGTON MACHADO ROMDON | Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/6763-B744-A7BB-9D28 e informe o código 6763-B744-A7BB-9D28



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA

PREFEITURA AV. BRASIL N° 2351-03788239/0001-66

AV. BRASIL Nº 2351-N BAIRRO JARDIM EUROPA 03788239/0001-66 Exercício: 2025

## COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA/REALIZADA DE 01/01/2025 ATÉ 11/04/2025

Página 1

				DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	EMPE	NHADO	LIQUIDADO		PAGO		A PAGAR	SALDO
FICHA			CODIGO ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	ATUAL	PERIODO A	ACUMULADO	PERIODO AC	UMULADO	PERIODO AC	UMULADO		  
	Orgão	0214	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TU RISMO	100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60
	Unidade	021402	COORDENAÇÃO DE TURISMO E EVENTOS	100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60
	Função	23	Comércio e Serviços	100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60
	SubFunção	695	Turismo	100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60
	Programa	0011	MAIS TURISMO	100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60
	Proj.Atividad	<b>de</b> 1052	INFRAESTRUTURA DO TURISMO MUNICI PAL	100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60
1001619	3.3.90.39.00 -1	1.1.500.000	00C-000000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIR PESSOA JURÍDICA	50.000,00	150.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.226,60 Z
1002144	4.4.90.51.00 -1	1.1.501.000	00C-000000 OBRAS E INSTALAÇÕES	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	TOTAL			100.000,00	200.226,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.226,60

Usuário: EDRIWEIZZER FURTADO DOS SANTOS



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6763-B744-A7BB-9D28

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VANDER ALBERTO MASSON (CPF 432.XXX.XXX-20) em 15/04/2025 16:42:30 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

✓ WELINGTON MACHADO RONDON (CPF 034.XXX.XXX-94) em 15/04/2025 16:46:07 GMT-04:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://tangaradaserra.1doc.com.br/verificacao/6763-B744-A7BB-9D28